

Universidade Federal do Paraná  
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

**SANDRA AVI DOS SANTOS**

**Comportamento do voto: reeleições dos prefeitos  
em capitais brasileiras - 2008**

**CURITIBA  
2011**

**SANDRA AVI DOS SANTOS**

**Comportamento eleitoral: reeleição de prefeitos  
em capitais brasileiras - 2008**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Fernandes Veiga

Banca examinadora

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luciana Fernandes Veiga - UFPR  
(Presidente da Banca)

Prof. Dr. Adriano Nervo Codato - UFPR  
(Membro)

Prof. Dr. Valeriano Mendes F. Costa - UNICAMP  
(Membro)

Data

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**CURITIBA  
2011**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecer pode não ser tarefa fácil, nem justa, pois tendemos sempre a não contemplar todos aqueles que contribuíram para com a nossa caminhada. Mas mesmo assim, correndo o risco de cometer algum desacerto, vou tentar retribuir um pouco do carinho que recebi ao longo desta.

À minha orientadora Luciana Fernandes Veiga, por acreditar sempre em minha capacidade, por ser uma interlocutora exigente, quando necessário, mas, sobretudo, paciente. Por ser de uma generosidade inestimável proporcionando oportunidades de parceria em produções acadêmicas únicas desde a graduação. Tenho consciência que muitas das minhas conquistas acadêmicas eu devo a ela, por ter me guiado de forma sublime no direcionamento dos meus trabalhos científicos, sempre me estimulando e, principalmente, me instigando a percorrer novos caminhos. Pelos ensinamentos e pela confiança, que marcaram toda minha caminhada acadêmica. Por sanar minhas dúvidas, por me indicar o caminho, e principalmente pela alegria inestimável de trabalharmos juntas e sermos amigas. Orgulho-me muito de ter sido merecedora de tão grande confiança.

Aos professores Adriano Codatto e Emerson Cervi pela leitura atenta e importantes ressalvas na banca de qualificação, acredito que as contribuições de ambos foram fundamentais para o desenvolvimento final deste trabalho. Ao professor Renato Monsseff Perissinotto, por me instigar intelectualmente e me fazer perceber que não é nada fácil encontrar respostas científicas para todas as nossas indagações. Aos professores tanto do Deciso, quanto da PPG em Ciência Política por terem cada um, a sua maneira, contribuído para minha sólida formação. Ao professor Nelson Rosário de Souza meu orientador de graduação e iniciação científica que desde o primeiro momento me ofereceu a oportunidade de fazer parte do Grupo Comunicação e Política.

Não posso deixar de agradecer ao secretário Pedro Benedito do PPG-CP/UFPR, pela paciência e competência ao administrar a parte burocrática.

À Carolina e Francieli pelo companheirismo, carinho e incentivo sempre presente desde a graduação. A tod@s @s amig@s da primeira turma de mestrado em Ciência Política da UFPR – 2009. Em especial à Daniela pelos momentos que dividimos ao discutirmos as metodologias, literaturas, caminhos e vieses que seguiríamos em nossas pesquisas. E ao Augusto pela oportunidade de dividirmos os trabalhos do primeiro dossiê da Revista Eletrônica de Ciência Política da UFPR. Agradeço, também, à CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – pela bolsa concedida.

Agradeço ainda à minha mãe e ao meu pai, por terem ensinado com brandura e rigidez, não só a mim, mas aos seus seis filhos – irmãos queridos e amados - que a honestidade e responsabilidade são as bases para a construção de seres humanos.

Agradeço ainda a três pessoas muito especiais que iluminam esta longa estrada. À minha filha Fernanda tão amada, que já trilha seu caminho acadêmico no curso de Geologia-UFPR, agradeço pela paciência, carinho e compreensão nos momentos de introspecção e ausências necessárias. À querida amiga de longa caminhada, Rose Bellettini, que mesmo tão distante sempre esteve presente com a sua voz que me confortava, com a palavra que me incentivava, com o conselho certo naquelas horas de maior incerteza. E, por fim, agradeço a você Ale, por existir em minha vida. Acredito que não existam palavras para descrever sua presença nesta caminhada.

## RESUMO

Esta dissertação tem como tema os determinantes do voto no mandatário numa situação de reeleição municipal, problematizando-os à luz das teorias do comportamento eleitoral. Neste sentido, a indagação que pretendemos responder é: quais as variáveis que influenciaram no momento de reeleger um candidato a prefeito nas eleições municipais de 2008? Mais especificamente, o quanto as seguintes variáveis: 1) avaliação positiva da administração do prefeito; 2) rejeição ao prefeito; 3) rejeição ao principal adversário; 4) capacidade de capilaridade, isto é, de através de acordos garantir maior base partidária; e, 5) tempo de Horário gratuito de propaganda eleitoral, estiveram correlacionadas e explicaram o voto no candidato/prefeito nas situações em nove capitais em 2008? Nosso material empírico constitui-se de nove municípios brasileiros, durante as eleições municipais de 2008. Nosso arcabouço teórico parte, preliminarmente, dos estudos que abordam o comportamento eleitoral na literatura clássica internacional, onde três importantes correntes são categoricamente reconhecidas e recorrentemente usadas: a) sociológica; b) psicológica; c) teoria da escolha racional. Com esta dissertação busca-se avançar nesta discussão e testar a teoria institucional da escolha política (SNIDERMAN e LEVENDUSCKY, 2009), abordagem esta que unifica as teorias da racionalidade e a psicológica, e que tem como principal hipótese a idéia de que os eleitores não tomam suas decisões de maneira aleatória mas, ao contrário, elaboram suas escolhas a partir de um cardápio de opções. Nesse sentido, nossa intenção é contribuir para o debate sobre comportamento eleitoral no Brasil focando as eleições municipais, bem como as reeleições, ambas pouco exploradas nas últimas décadas. Além disso, procuramos ainda, ao incorporar a teoria institucional da escolha política, problematizar os limites quanto à tendência, nos estudos brasileiros sobre comportamento eleitoral.

Palavras chaves: Determinantes do voto; eleição municipal; reeleição; teoria institucional da escolha política.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyze the determinants of mandatory voting of the individual under the situation of municipal re-election, questioning the theories of electoral behavior. In this sense, the issue that one must answer is: which are the variables that influence the re-election of a candidate running for mayor in the municipal elections of 2008? In particular, how much the following variables: a) the positive evaluation of the administration of the mayor; 2) the rejection towards the mayor; 3) the rejection towards his main opponent; 4) ability to establish agreements supporters; and; 5) the time of TV, have been analogized and made intelligible the votes for the candidates in nine capitals in 2008? Our firsthand empirical material is constituted of nine Brazilian municipals during the 2008 elections. Preliminary, our theoretical assumption start on studying the international classical literature on electoral behavior, where three important chains are categorically recognized and recurrently used: a) sociological; b) psychological; c) the theory of rational choice. With this dissertation, we aim to deep discuss and test the institutional theory of political choice (Sniderman and Levendusky, 2009), which unify the theories of rationality and psychology, and that has have as the main hypothesis the idea that voters do not make decisions based on random remarks but by elaborating their choices through a selection of choices. With this idea, our intention is to contribute to the debate on electoral behavior in Brazil with focusing on municipal elections, as well as the re-elections, which were both little explored over the past decades. Moreover, we focused on incorporating the institutional theory of the political choices, discussing the limits as well as the trends in Brazilian studies on electoral behavior.

**Key Words:** determinants of the vote; municipal election; reelection; institutional theory of political choice.

## ÍNDICE DE GRÁFICOS, FIGURAS, QUADROS E TABELAS

### Gráficos

<b>Gráfico 1:</b> Grau de mobilização e interação	17
<b>Gráfico 2:</b> Saldo de rejeição em agosto	44
<b>Gráfico 3:</b> Saldo de rejeição em setembro	44

### Figuras

<b>Figura 1:</b> Eleições 2008: Capitais estudadas	84
--	----

### Fluxogramas

<b>Fluxograma 1:</b> Classe e voto – fluxo de causalidade	18
---	----

### Quadros

<b>Quadro 1:</b> Variáveis que influenciaram o voto em 1998	24
<b>Quadro 2:</b> Candidatos e adversários na eleição de 2008	39
<b>Quadro 3:</b> Forças Políticas no Amazonas	58
<b>Quadro 4:</b> Estratégias discursivas: Serafim X Amazonino	64

### Tabelas

<b>Tabela 1:</b> Satisfação com a administração	40
<b>Tabela 2:</b> Eleitores que avaliam de maneira positiva a gestão municipal X intenção de voto no prefeito	41
<b>Tabela 3:</b> Teste de correlação. Intenção de voto no prefeito X eleitores que avaliam positivamente a gestão municipal	43
<b>Tabela 4:</b> Rejeição ao prefeito, rejeição ao seu principal adversário e saldo de rejeição nas oito capitais	45
<b>Tabela 5:</b> Rejeição ao principal adversário X intenção de voto no prefeito	46
<b>Tabela 6:</b> Teste de correlação. Eleitores que rejeitam o principal adversário do prefeito X intenção de voto no prefeito	47
<b>Tabela 7:</b> Avaliação positiva com a gestão, capilaridade e tempo de televisão na campanha do candidato prefeito	49
<b>Tabela 8:</b> Testes de correlação. Variável dependente: intenção de voto no prefeito	50
<b>Tabela 9:</b> Testes de regressão binária. Variável dependente: intenção de voto no prefeito	51
<b>Tabela 10:</b> Estatística do Eleitorado de Manaus por Sexo e Faixa Etária	55
<b>Tabela 11:</b> Estatística do Eleitorado de Manaus por Sexo e Grau de Instrução	55
<b>Tabela 12:</b> Resultado eleição municipal – 2008 Manaus (1º turno)	56
<b>Tabela 13:</b> Satisfação com a administração – Manaus	68
<b>Tabela 14:</b> Eleitores que avaliam de maneira positiva a gestão municipal X intenção de voto no prefeito	69
<b>Tabela 15:</b> Rejeição ao prefeito, rejeição ao seu principal adversário – Manaus	69
<b>Tabela 16:</b> Rejeição ao principal adversário X variável intenção de voto no prefeito	70
<b>Tabela 17:</b> Teste de Correlação – intenção de voto no prefeito X Eleitores que avaliam positivamente a gestão municipal	70
<b>Tabela 18:</b> Correlação – intenção de voto no prefeito X Eleitores que rejeitam o principal adversário do prefeito	70
<b>Tabela 19:</b> Testes de Regressão Binária – Variável dependente: Intenção de voto no prefeito em agosto	71
<b>Tabela 20:</b> Variável dependente: Intenção de voto no prefeito em setembro	71
<b>Tabela 21:</b> Avaliação positiva com a gestão, capilaridade e tempo de televisão na campanha do candidato	72

### Apêndices Metodológicos

<b>Apêndice metodológico 1:</b> Características das pesquisas IBOPE utilizadas para análise das 8 Capitais	82
<b>Apêndice metodológico 2:</b> Características das pesquisas utilizadas para análise de Manaus	82

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

### **LISTA DE SIGLAS**

DATAFOLHA	Datafolha Instituto de Pesquisas
HGPE	Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral
IBOPE	Instituto Brasileiro de Pesquisa de Opinião
TER	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

### **SIGLAS DE PARTIDOS**

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
DEM	Democratas
PAN	Partidos dos Aposentados da Nação
PC	Partido Comunista
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PFS	Partido da Frente Socialista
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PMSD	Partido Municipalista Social Democrático
PNTB	Partido Nacionalista dos Trabalhadores do Brasil
PPB	Partido Progressista Brasileiro
PPS	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRT	Partido Reformador Trabalhista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro



PS do B	Partido Socialista do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PST	Partido Social Trabalhista
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PTR	Partido Trabalhista Renovador
PV	Partido Verde

## SUMÁRIO

Agradecimentos	3
Resumo	5
Abstract	6
Índice de gráficos, figuras, quadros e tabela	7
Lista de Abreviaturas e Siglas	8
Introdução	11
Parte I	
Estado da arte sobre comportamento eleitoral	16
Capítulo 1	
Três teorias clássicas e uma contemporânea	16
1.1. Teoria Sociológica	16
1.2. Teoria Psicológica	19
1.3. Teoria da Escolha Racional do voto	21
1.4. Teoria Institucional da Escolha Política	25
Capítulo 2	
Estudos do Comportamento eleitoral brasileiro	29
2.1. Comportamento eleitoral: sua gênese e o voto nos municípios interioranos na década de 1970 no Brasil	29
2.2. Comportamento Eleitoral e os estudos eleitorais nos municípios brasileiros nas duas últimas décadas	34
Parte II	
Análise do comportamento eleitoral nas eleições municipais de 2008	38
Capítulo 3	
Reeleição municipal em 2008: estudo de oito capitais reeleitas	40
3.1. Satisfação com a administração	42
3.2. Rejeição do prefeito e a de seu principal adversário	43
3.3. Capilaridade do candidato prefeito e tempo de propaganda de TV	47
Capítulo 4	
Eleição municipal em Manaus 2008: o caso da não reeleição	54
4.1. O eleitorado de Manaus	54
4.2. Os candidatos de Manaus	56
4.3. O jogo político na capital amazonense	58
4.4. As estratégias da retórica em Manaus	63
4.5. Manaus em 2008: testando o modelo	68
Parte III	
Considerações finais e implicações para estudos futuros	73
Bibliografia	77
Apêndice	82

## Introdução

---

A possibilidade de reeleição imediata para mais um mandato consecutivo, no que concerne aos três cargos do executivo, foi promulgada em 04/07/1997 através da Emenda Constitucional de nº 16, e vem se mostrando uma tendência no Brasil. Cheibub & Przeworski (1997) já previam essa convergência, uma vez que ao estudarem as democracias e suas respectivas eleições em cerca de 135 países no interregno entre os anos de 1950 e 1990, observaram que das catorze vezes em que os presidentes em exercício concorreram à reeleição, venceram em oito, isto é 57% foram reconduzidos ao cargo através do voto. Segundo os autores o presidencialismo é o regime de governo mais propício para reeleição em detrimento dos demais, pois “confere vantagens excessivas aos governantes” e “accountability”, isto é, responsabilidade política, que em última instância é o responsável por ativar o voto prospectivo do eleitor:

Para que a responsabilidade política seja imposta, faz-se necessário não apenas que a probabilidade de voto a favor do mandatário aumente à medida que o desempenho econômico melhore, mas também que os governantes que apresentem um bom desempenho tenham uma boa chance de se reeleger (CHEIBUB & PRZEWORSKI, RBCS,1997).

No Brasil, em sua primeira eleição após a promulgação da emenda acima, em 1998, foram reeleitos catorze governadores dentre os vinte um que se recandidataram, e um presidente. A partir de então o eleitor brasileiro já foi às urnas em três ocasiões para escolher o chefe do executivo municipal e quatro outras para o estadual e federal. No caso das eleições municipais, o primeiro pleito em que o mandatário pôde se reapresentar consecutivamente foi em 2000, e naquela ocasião, vinte e três prefeitos de capitais de um total de vinte e seis se recandidataram, sendo que dezesseis obtiveram sucesso. Nas eleições de 2004, onze prefeitos concorreram a mais quatro anos ininterruptos de mandato, e destes, oito foram reconduzidos ao cargo. Considerando as reeleições municipais de 2008 – que é o objeto de estudo deste trabalho –, vinte prefeitos de capitais se candidataram à reeleição: treze saíram vitoriosos ainda no primeiro turno da disputa, após conseguirem no mínimo 50% dos votos mais um; seis conseguiram se reeleger no segundo turno e apenas um não obteve sucesso no pleito. Para se ter uma idéia deste fenômeno, em estudo recente Barreto (2010) analisou 62 municípios brasileiros, no período recortado de 2000 a 2008, sendo 26 capitais e 36

municípios que contavam com 200 mil eleitores. Verificou-se que dentre aqueles que tentaram a reeleição, 72,5 % a conseguiram.

Para fins de análise o nosso arcabouço teórico parte preliminarmente dos estudos que abordam o comportamento eleitoral na literatura clássica internacional, onde três importantes correntes são categoricamente reconhecidas e recorrentemente usadas<sup>1</sup>: a) sociológica; b) psicológica; c) teoria da escolha racional.

A teoria sociológica pondera como explicação do comportamento eleitoral, não apenas a interação social, mas também os contextos sociais e políticos nos quais o indivíduo está inserido. Isto é, leva em conta para análise fatores tais como: ocupação, distribuição geográfica, situação econômica e social, religião, sexo, idade, escolaridade, raça, dentre outros aspectos relativos à situação dos eleitores. Nesta perspectiva, seria necessário analisar a natureza das relações, assim como os apelos momentâneos das campanhas, bem como o interesse de classe ou o aspecto cultural.

A corrente psicológica tem como foco principal o indivíduo e suas motivações psicológicas. Para esta, entender a política é entender a mente do indivíduo, e nesse sentido elementos como socialização, educação, valores adquiridos no âmbito familiar, etc., refletirão diretamente na maneira do indivíduo pensar.

Por fim, a teoria da escolha racional considera, de um modo geral, a não determinação completa das estruturas – econômicas, políticas e outras – sobre as ações individuais, o que caracteriza um processo de ‘escolha’ dos indivíduos na base da maximização das preferências e na crença dos melhores resultados. O núcleo da argumentação dessa teoria se caracteriza por considerar as ações individuais como ações estratégicas que se tornam possíveis em se preenchendo determinadas condições.

Ao esquadriharmos a literatura brasileira sob o olhar da teoria do comportamento eleitoral, notamos que, desde a sua gênese nos anos cinqüenta, os pesquisadores desta linha acabaram por estabelecer um conjunto sistematizado de interpretações, teorias, conceitos e revisões críticas os quais, em conformidade com a literatura internacional, nos possibilita, hoje, avançarmos nas explicações que influenciam na determinação do voto, seja em eleições ou reeleições presidenciais, estaduais, municipais, seja para os cargos do legislativo. Todavia, ao longo deste levantamento teórico nos deparamos com três tendências principais, resultantes do desenvolvimento destas pesquisas: 1) nas últimas duas décadas foram produzidos mais trabalhos que enfatizaram as disputas presidenciais do que pleitos estaduais e municipais, principalmente no que diz respeito à reeleição, pois como vimos este ainda é

---

<sup>1</sup> Veremos essas correntes mais detalhadamente no capítulo primeiro.

um evento recente em nosso país; 2) neste período houve uma tendência em adotar a teoria da racionalidade para a explicação do comportamento eleitoral, assim como a teoria psicológica, em detrimento da corrente sociológica; 3) geralmente as três correntes são tratadas de forma disjuntiva.

Deste modo, considerando que o tema desta pesquisa são os determinantes do voto no mandatário numa situação de reeleição municipal sob o olhar da teoria do comportamento eleitoral, e tendo como material empírico a reeleição em nove municípios brasileiros no ano de 2008, a indagação que pretendemos responder é: quais as variáveis que influenciam no momento de reeleger um candidato a prefeito nas eleições municipais de 2008? Mais especificamente, o quanto as seguintes variáveis: 1) avaliação positiva da administração do prefeito; 2) rejeição ao prefeito; 3) rejeição ao principal adversário; 4) capacidade de capilaridade, isto é, de fazer acordos; e, 5) tempo de Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral - HGPE, estiveram correlacionadas e explicaram o voto no candidato/prefeito nas situações em nove capitais em 2008?

Assim sendo, podemos considerar que o objetivo geral aqui foi testar a teoria institucional da escolha política (SNIDERMAN e LEVENDUSCKY, 2009), abordagem esta em voga na literatura internacional e que unifica as teorias da racionalidade e a psicológica. A principal hipótese desta abordagem teórica é que os eleitores não tomam suas decisões de maneira aleatória. Eles elaboram suas escolhas a partir de um cardápio de opções. Assim a teoria institucional da escolha política apresenta dois tipos de mecanismos explicativos para a tomada de decisão: a) um interno – que se refere à escolha feita pelo eleitor entre as alternativas oferecidas; b) outro externo, voltado para entender as alternativas que são apresentadas pelos partidos (idem, p. 438).

Partindo do pressuposto que o voto no prefeito numa situação de reeleição pode ser explicado por cinco variáveis, já anteriormente descritas, e em harmonia com as pesquisas elaboradas pelo Núcleo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública – UFPR, o objetivo específico desta pesquisa foi testar o modelo criado por VEIGA; AVI dos SANTOS e NEVES (2011) para a análise das disputas locais em situação de reeleição. O modelo das autoras considera a correlação da variável dependente “voto no mandatário”, nas nove capitais estudadas, com as variáveis: “avaliação positiva da gestão do prefeito”, “rejeição ao prefeito” e “rejeição ao seu principal adversário”. O estudo da relação entre estas três variáveis independentes e a decisão do voto no prefeito compõe a nossa contribuição para a análise dos mecanismos internos da decisão. A fim de entendermos os mecanismos externos da decisão, ou seja, a configuração do jogo eleitoral, interessa-nos verificar também como os partidos dos prefeitos foram capazes de elaborar coligações que lhes proporcionaram o aumento da

“capilaridade” e do “tempo de televisão” – através do HGPE –, os quais seriam considerados aqui atributos capazes de denotar força para a sua candidatura. E ainda avaliar o peso de tais configurações do jogo na decisão do voto do eleitor pelo prefeito.

Por este motivo realçamos que ao apresentarmos a nossa contribuição para o desenvolvimento do arcabouço explicativo sobre o tema, a nossa motivação intelectual foi, sobretudo, de natureza teórica, procurando abordar as principais teorias do comportamento eleitoral em termos de alcances explicativos ou lacunas a serem preenchidas. Nesse sentido, nossa intenção é contribuir para o debate sobre comportamento eleitoral no Brasil focando as eleições municipais, bem como as reeleições, ambas pouco exploradas nas últimas décadas. Além disso, procuramos, ao incorporar a teoria institucional da escolha política, problematizar os limites quanto à tendência, nestes estudos, em incorporar disjuntivamente teorias sobre escolha do voto.

Faz-se necessário esclarecer que, para efeito de análise, foram utilizados os bancos de dados do ano de 2008, gentilmente disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística - IBOPE. Ao selecionarmos os nove casos de reeleição aos quais tivemos acesso, priorizamos a heterogeneidade dos acontecimentos, uma vez que a nossa intenção foi testar o modelo criado por VEIGA; AVI dos SANTOS e NEVES (2011) em situações diversas. Para tanto, de acordo com as variáveis, dividimos a análise em dois momentos. No primeiro momento nos referimos ao sucesso na campanha, isto é, os reeleitos. Neste, para melhor compreensão do fenômeno da reeleição, comparamos dois grupos: 1) dos que venceram no primeiro turno – Curitiba, Goiânia, Fortaleza e Maceió –, e; 2) daqueles que venceram no turno subsequente – São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Florianópolis. No segundo momento, nos atemos em compreender a exceção: Manaus. Afinal, quais teriam sido as variáveis controladas pelo modelo em teste que explicam o fato do prefeito da capital do Amazonas, dentre os vinte que concorreram à reeleição, não ter sido reeleito?

A presente dissertação está estruturada em três partes, além desta introdução, e dividida em quatro capítulos, mais as considerações finais. A primeira parte contempla o estado da arte sobre comportamento eleitoral, sendo que no primeiro capítulo nos atemos em apresentar uma breve contextualização da literatura internacional, contemplando as três teorias clássicas do comportamento eleitoral vistas acima, seus principais pressupostos, limites e possível poder explicativo. Ao final do capítulo inicial apresentamos a corrente contemporânea que iremos testar, isto é, a teoria institucional da escolha política. No segundo capítulo apresentamos uma breve exposição da literatura que fundamentou os estudos do comportamento eleitoral brasileiro.

Reservamos a segunda parte deste trabalho para as análises do comportamento eleitoral nas eleições municipais de 2008, sendo que na introdução apresentamos uma breve nota metodológica. No capítulo três trataremos do sucesso nas campanhas, isto é, dos reeleitos. No quarto capítulo, nos atemos em compreender a exceção: Manaus, exceção dentre as vinte capitais brasileiras em que houve reeleição. Neste sentido, a pergunta sobre o porquê do prefeito da capital do Amazonas não ter sido reeleito requer um estudo de caso sobre a eleição local e, portanto, para além das regras que explicam o voto, se faz necessário considerar vários aspectos particulares, contextuais. Por isso, dedicaremos atenção à análise do eleitorado, do jogo político e do cenário envolvidos naquele pleito. Na sequência, abordaremos os principais argumentos das duas principais campanhas veiculados em suas propagandas eleitorais e ao final testaremos o modelo proposto VEIGA; AVI dos SANTOS e NEVES (2011).

A última parte, na qual apresentamos as considerações finais, visa retomar as questões mais gerais apresentadas acima, e discorrer sobre os principais resultados. Aqui também apresentamos as indagações que surgiram a partir dessa análise, apontando novos caminhos que podem ser trilhados em futuras incursões.

## Parte I

---

### Estado da arte sobre comportamento eleitoral

Esta parte do trabalho contempla o estado da arte sobre comportamento eleitoral, sendo que no primeiro capítulo, não ambicionando realizar uma revisão analítica profunda, nos atemos em apresentar uma breve contextualização da literatura internacional, analisando desta forma as três teorias clássicas do comportamento eleitoral: 1.1) Teoria Sociológica; 1.2) Teoria Psicológica e 1.3) Teoria da Escolha Racional, seus principais pressupostos, limites e possível poder explicativo no que concerne à reeleição. Após a apresentação da literatura clássica, apresentamos uma corrente contemporânea internacional que iremos testar na segunda parte do trabalho: 1.4) Teoria Institucional da Escolha Política. O segundo capítulo tece uma breve exposição de textos da literatura que focam os estudos do comportamento eleitoral brasileiro.

### Capítulo 1

#### Três teorias clássicas e uma contemporânea

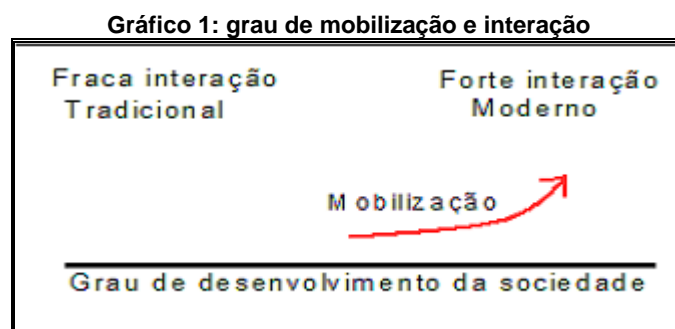
##### **1.1. Teoria Sociológica**

A teoria sociológica do comportamento eleitoral é marcada pelas obras *The People's Choice* (1944) e *Voting* (1954), em que estudiosos da Universidade de Columbia (EUA), diferentemente daqueles da Universidade de Michigan – como veremos posteriormente na corrente psicológica –, concebem como perspectiva fundamental para a explicação do comportamento eleitoral a interação social, e não o indivíduo. De acordo com FIGUEIREDO (1989) os estudiosos dessa linha de investigação preocupam-se em demonstrar que a unidade de análise em que opera o comportamento do eleitor está atrelada à interação social e ao contexto social e político em que os indivíduos estão inseridos, como local onde vivem, ocupação, situação econômica e social, religião, sexo, idade, escolaridade, raça, entre outros. Nessa abordagem, segundo o autor, para se predizer o comportamento do eleitor, seria necessário analisar a natureza das relações, assim como os apelos momentâneos das campanhas e ainda o interesse de classe ou cultural em destaque (IDEM, pp. 49 - 55).



A natureza e intensidade das relações políticas acontecem em dois tempos: primeiro há a interação com o grupo e em seguida as opiniões são formadas. Como consequência de tais interações pode haver três situações distintas: na primeira, ambos os lados saem com a postura inicial, ou seja, opiniões divergentes continuam divergentes (A – uma opinião; B – outra opinião, ambos não mudam); na segunda situação, um dos lados muda de opinião convergindo para a opinião do outro (A concorda com B, ou vice e versa); e por fim, depois de um processo de persuasão os dois lados mudam a sua opinião inicial, mas ambas continuam divergentes (A passa a concordar com B, e B passa a concordar com A, ou aderem a uma terceira) (IDEM, p. 55). Outro aspecto desse ponto é quanto à intensidade, isto é, quanto mais coesa a sociedade maior será a pressão do grupo e, portanto menor será a mudança de opinião, ao passo que nas sociedades menos coesas a mudança de opinião ocorrerá com maior facilidade. Para Figueiredo “as opiniões políticas não surgem do nada. E quando surgem não são eternas”; sendo assim, para se manter um determinado grupo coeso é necessária uma organização social forte, passível até mesmo de medidas repressivas para evitar comportamentos desviantes (IDEM, p. 56).

Para os estudiosos da Teoria Sociológica do Comportamento Eleitoral, a mobilização pode ser explicada sob a ótica de duas correntes: a da Cultura Política e a da Corrente Classista. A primeira nos indica que o grau de participação é diretamente proporcional ao grau de interação e ao grau de desenvolvimento de uma determinada sociedade, ou seja, quanto mais forte for a interação e quanto mais moderna for determinada sociedade, maior será a mobilização e vice e versa.



FONTE: Apud. Figueiredo (1988). Elaborado pela autora.

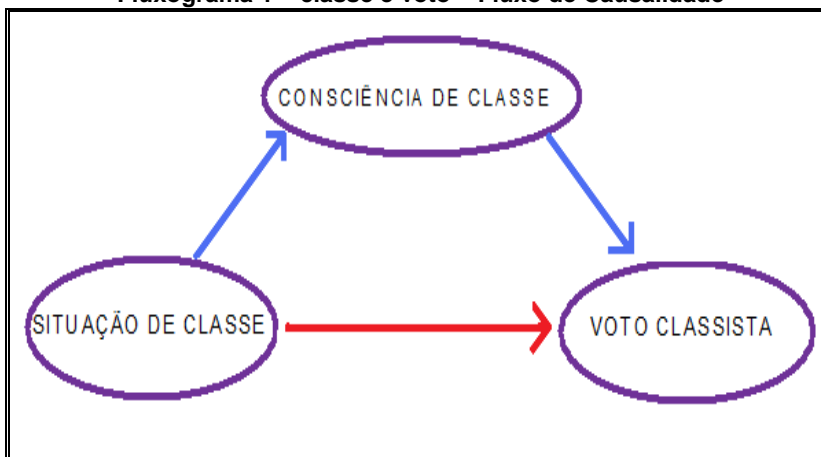
Já para a Corrente Classista, como o próprio nome sugere, a mobilização depende da identificação de classes. Nas sociedades mais modernas, por haver uma consciência de classe, os grupos interagem e as chances de mobilização se intensificam, ao contrário das sociedades consideradas tradicionais, onde o que há é uma fraca interação, devido à falta de consciência de classe em seus grupos. Enfim, a elasticidade é maior em sociedades tradicionais por estas apresentarem um grau menor de interação.

Figueiredo (IDEM, p. 68) conclui, portanto, que para se predizer o comportamento do eleitor e a direção do voto, além dos fatores relativos à natureza e à intensidade, já explicitados acima, também é necessário analisar a força da identidade do grupo a que o eleitor pertence, sendo os mais importantes a identidade cultural e a identidade de classe.

Em estudo eleitoral feito na década quarenta, nos Estados Unidos, LAZARSELD (1948) fez um grande mapeamento do comportamento de dois mil eleitores de uma cidade estadunidense formada por uma população urbana e rural, com fábricas pequenas familiares e produção agrícola. Na cidade estudada não havia movimento social e nem imigração forte, mas era constituída por uma forte fragmentação no que diz respeito à religião: 70% eram protestantes e 30 % católicos. Observando esses dados, Lazarsfeld criou um índice para prever a tendência da direção do voto. O resultado daquela pesquisa indicou que, na década de quarenta, se o eleitor fosse católico, urbano e de classe social baixa, esse tinha 90% de chances de votar no candidato Democrata, enquanto que aquele que se dizia protestante, que morava na zona rural e tinha uma classe social alta, tinha 75% de chances de votar no candidato Republicano.

O pressuposto para a identidade de classes é a consciência de classe, isto é, eleitores que votam regularmente em candidatos ou partidos com os quais se identificam através da suas classes.

**Fluxograma 1 – classe e voto – Fluxo de Causalidade**



FONTE: apud FIGUEIREDO (1988).

Conforme o fluxograma 1, apresentado por FIGUEIREDO (IDEM, p. 73), a trajetória causal esperada é composta por três fases: primeiro, o eleitor toma conhecimento da sua situação de classe; em seguida, ele passa a se conscientizar da classe a qual pertence; e por último passa a votar recorrentemente naquele candidato que representa a sua classe. A situação menos adequada é aquela que ocorre em dois

passos, onde o voto é interpretado como classista, mas os eleitores não possuem consciência de classe.

## 1.2. Teoria Psicológica

A gênese da teoria psicológica incidiu no final dos anos cinquenta na Universidade norte-americana de Michigan. Segundo FIGUEIREDO (1988, p. 14), para Campbell e seu grupo de pesquisadores e autores da obra *The American Voter* (1964), o principal foco de análise nesse modelo recai sobre o indivíduo e suas motivações psicológicas, o que significa dizer que, para entender a política é necessário entender a mente dos indivíduos. FIGUEIREDO (IDEM, p. 15) ressalta que os processos de socialização, tais como a educação, os valores ligados à moral e aos aspectos sociais e políticos, dentre outros, adquiridos no âmbito familiar no momento anterior à introdução do eleitor na política (pouco antes dos dezesseis anos), refletirão diretamente na maneira do indivíduo pensar. Por exemplo, um eleitor originário de uma família que se interessa por política, tenderá a ser um eleitor mais consistente, isto é, estará mais propenso a discutir com mais frequência assuntos ligados a política e a defender os seus princípios e seu candidato; enfim, será mais engajado politicamente. Ao contrário do eleitor inconsistente que, por ser oriundo de uma família que não tem interesse por política, tenderá a não ter uma posição psicológica definida e, portanto, suas atitudes tenderão a ser mais superficiais em relação à política. Em suma, o modelo formulado por Campbell, segundo FIGUEIREDO (IDEM, p. 20), seria aquele que, através de um pensamento linear nos daria a possibilidade de prever a direção do voto, uma vez que é possível identificar os valores que formaram a “identidade política” do indivíduo, já que a socialização deste, no que diz respeito à política, também é formada pelo meio social e toda sua vivência influenciaria no seu voto. Portanto, o voto iria para o partido ou candidato que melhor estivesse alinhado com os seus valores. FIGUEIREDO (IDEM, p. 20), seguindo o raciocínio de CONVERSE (1964), propõe a existência de um sistema de crenças que permite anteciparmos a direção do voto dos eleitores, a partir do seu conhecimento. Isso quer dizer que provavelmente um eleitor que seja avesso à cobrança de impostos, contra casamento gay e mais rigoroso na defesa dos Estados Unidos na discussão internacional, tenderá a votar no Partido Republicano. Da mesma maneira, um eleitor com posturas contrárias tenderá a votar nos Democratas. Contudo FIGUEIREDO (IDEM, p. 21), pautado nos estudos do próprio Converse realizados alguns anos depois, aponta que o modelo até então era limitado e simplista. Os novos estudos de Converse apontaram que aqueles que agem através de um pensamento linear, com alto grau de

adesão política e forte identificação partidária formam uma pequena parcela do eleitorado. A maior parte é composta pelos eleitores com baixo envolvimento político e com pouco interesse por essas questões. Portanto:

[...] se o comportamento futuro dos indivíduos é função dos sistemas atitudinais frente ao mundo e se esses sistemas não são coerentemente estruturados, então não é possível prever nada (FIGUEIREDO, 1988, p. 21).

Em outras palavras, ao considerarmos que a maioria do eleitorado age e maneira imprevisível por não ter um sistema de crenças estruturado, o poder preditivo da teoria tornar-se-ia nulo. Para resolver tal impasse Converse, de acordo com FIGUEIREDO (1988, p. 22), propõe dois caminhos. O primeiro seria verificar qual o grau de centralidade que certas questões ligadas ao mundo da política têm no dia a dia do cidadão, uma vez que o momento da disputa eleitoral é diferente do cotidiano do eleitor. Nessa linha é de se esperar que temas das eleições municipais tenham maior apelo entre os cidadãos do que os temas de uma eleição ao governo do Estado, por exemplo. Isso porque a eleição municipal está mais próxima e é mais central para o cidadão, particularmente para aqueles que moram no interior. O segundo caminho seria averiguar o grau de motivação dos eleitores em relação à política. Converse propõe que as atitudes dos cidadãos possuem um grau de elasticidade para a mobilização política. Sendo assim pode-se concluir que:

Se por um lado, personalidade, valores e hábitos são considerados estáveis e duradouros, por outro, 'motivação pode mudar dramaticamente no curto prazo de acordo com os detalhes da situação' (CONVERSE, 1975, apud FIGUEIREDO, idem).

Em suma, a motivação e a centralidade seriam as atitudes mais profundas, responsáveis por ativar o eleitor, dentro das suas crenças, a votar numa determinada direção, uma vez que os indivíduos com grau maior de interesse pela vida política e com identificação partidária aproximam-se de um padrão de escolha política mais estruturado. Enquanto que os indivíduos independentes, com menor grau de interesse e engajamento partidário, tenderiam a responder "mais facilmente ao canto das séries", isto é, estariam mais sujeitos a impulsos momentâneos (FIGUEIREDO, 1988, p. 47). Assim, os fatores conjunturais, mais do que os fatores estruturais, influenciariam na direção do voto, tornando-se previsível o comportamento dos eleitores em relação aos atrativos políticos.

SINGER (2000), ao analisar as eleições de 1989 e 1994 à luz dessa teoria, postulou que para se compreender de modo mais completo a maneira como o eleitor

brasileiro vota seria necessário incorporar à análise a identificação ideológica (IDEM, p.15). Para tanto, ao estudar as eleições de 1989 especificamente, o autor parte da hipótese de que se a identificação ideológica foi o principal fator preditivo no momento de decisão do voto, a localização “esquerda / direita” estaria associada a um sistema de crenças e imagens políticas do eleitor. Singer analisou ainda as demais variáveis de longo prazo. Ao estudar a renda e escolaridade percebeu que havia entre elas alto grau de correlação, porém naquela eleição a escolaridade teve força preditiva maior que a renda, uma vez que os eleitores mais pobres tenderam a votar em Collor, não por serem mais pobres e, sim, por serem menos escolarizados. Sobre a preferência partidária em 1989, ela foi efetiva apenas no primeiro turno, onde os eleitores votaram em partidos de sua escolha; já no segundo turno a disputa centrou-se no espectro ideológico “esquerda / direita”. Portanto, de acordo com SINGER (IDEM, pp. 86-87), a identificação ideológica revelou ter uma maior capacidade preditiva do comportamento eleitoral, sendo ainda a mais eficiente para se compreender o voto da maioria de eleitorado em 1989.

### **1.3. Teoria da Escolha Racional do Voto**

Na teoria da Escolha Racional desenvolvida por Anthony Downs em 1957, o que interessa para o autor é entender como o cidadão vota num mundo de informações completas e sem custos. Para responder tal indagação, DOWNS (1999) nos revela três tipos de tomada de decisão, que se baseiam em: (1) comparação de fluxo de renda de utilidade do atual governo e a crença nos demais partidos; (2) num sistema bipartidário o eleitor vota no partido que prefere, num sistema multipartidário estima o que crê serem as preferências de outros eleitores; (3) se não consegue estabelecer preferência devido ao empate dos partidos na questão preferência ele pode se abster ou comparar o atual desempenho do partido no poder ao de seus predecessores no cargo (IDEM, *ibidem*).

Portanto, a teoria da Escolha Racional tem como pressuposto a não determinação completa das estruturas – econômicas, políticas e outras – sobre as ações individuais, o que caracteriza um processo de ‘escolha’ dos indivíduos na base da maximização das preferências e motivos e na crença dos melhores resultados. Neste sentido, os estudiosos partem do pressuposto de que o “*homus psicologicus* e o *homus sociologicus* cedem lugar ao *homus economicus*” (FIGUEIREDO, 2000. p. 90).

O núcleo da argumentação dessa teoria se caracteriza por considerar as ações individuais como ações estratégicas que se tornam possíveis em se preenchendo determinadas condições – critérios lógicos, físicos, econômicos e mentais, ou seja:

Dentro do conjunto remanescente, apelamos a algum princípio de seleção que explica qual a ação final escolhida. A teoria da Escolha Racional supõe que as pessoas escolherão o curso de ação que preferem ou acreditam melhor. Agir racionalmente é escolher a melhor ação no conjunto viável (ELSTER, 1989. p.40).

Segundo FIGUEIREDO (IDEM, p. 90), a Teoria da Escolha Racional pressupõe que o pensamento do eleitor reduz a importância das variáveis das correntes anteriores já descritas, e passa a votar através de um sistema de cálculo racional econômico que visa escolher a melhor opção, aquela que reduza os seus custos e aumente os seus benefícios. Portanto, custo e benefício têm relação direta com aquilo que interessa ao eleitor. O homem econômico pode decidir o seu voto tanto de forma egoísta (o que eu vou ganhar?), quanto de forma altruísta (o que nós, a população em geral, vamos ganhar?). Ao ponderar sobre o custo e o benefício de votar ou não, o eleitor tem três opções de escolha (em um sistema bipartidário, tal como aquele que deu origem a essa teoria): a) não votar, se o custo for alto e o benefício baixo; b) votar, e votar em x e; c) votar, e votar em y. E, ao decidir votar o eleitor pode seguir uma das duas linhas de investigação distintas, no que diz respeito à participação eleitoral: a da Teoria Economicista do Voto – Satisfacionista (KRAMER, 1970) e a da Teoria Econômica do Voto – Maximizante (DOWNS, 1957).

Na teoria Maximizante, o eleitor avaliará o cenário social a partir de suas necessidades. Este eleitor é racional, auto-interessado e egoísta, portanto agirá com “um olho nos benefícios que ele poderá obter e outro nos custos para obter tal benefício” (DOWNS, 1999, p. 29). Assim como na corrente satisfacionista – como veremos a seguir –, o eleitor também analisará a relação custo/benefício de votar; porém, diferentemente do eleitor satisfacionista – o qual fará esse cálculo de maneira mais simples, pois usa menos informação –, para o eleitor maximizante o processo de decisão terá um custo maior no que se refere à obtenção de informação. O eleitor analisará as propostas oferecidas hierarquizando as mais importantes, acionará seus valores e seus conhecimentos passados. Nesse modelo o eleitor é influenciado pelas incertezas sobre o futuro, o que repercutirá no momento de decidir seu voto. Como, segundo DOWNS (1999), “a intensidade da incerteza pode ser reduzida pela informação”, uma vez que os eleitores tendem a aumentar a busca por informação em anos eleitorais para decidir seu voto, passam a conversar mais sobre o assunto e têm a mídia à sua disposição para se manterem informados. Jornais, jornais televisivos, internet, campanhas políticas e debates eleitorais, são mecanismos de informação que podem contribuir para minimizar as dúvidas. Segundo Downs, para o eleitor, “tempo é um recurso escasso” (IDEM, p. 284), portanto, dentre esses o eleitor tende a buscar aqueles que os supram de um

*optimum* de informação, mas que tenham um baixo custo de tempo e de gastos. Nesse aspecto o eleitor, diante do debate televisivo é maximizado, pois trata-se apenas de gastar algumas horas da noite diante do aparelho em que a oportunidade de se informar é potencializada pela disposição dos candidatos frente a frente. Em suma, nessa perspectiva “o eleitor tenderá a minimizar os efeitos das condições de incertezas inerentes à vida política e a maximizar os seus ganhos.” (CAMARGO, 1999, p. 117).

O eleitor Satisfacionista, segundo SIMON (apud FIGUEIREDO, 1988, p. 102) é aquele que não tem ambição de ter o melhor, limitando-se àquilo que lhe é satisfatório; portanto, se comportará de modo a satisfazer seus interesses, e não agirá a partir de um cálculo racional estratégico, e sim com “elementos avaliativos entre custo e benefícios” (IDEM, p. 93). Nesse caso o eleitor avaliará qual candidato será capaz de garantir e satisfazer minimamente as suas expectativas. CAMARGO (1999) e FIGUEIREDO (1988), com base nessa linha de pensamento explicitam que, para os estudiosos norte-americanos, o voto pode ser retrospectivo ou prospectivo. No caso do voto retrospectivo, o eleitor analisa o governo da situação e, se sua avaliação for positiva, vota neste; se a avaliação for negativa vota na oposição.

Se o desempenho do partido no governo for satisfatório de acordo com algum padrão simples, os eleitores votam para mantê-lo no governo permitindo que continue implementando suas políticas; enquanto que se o desempenho for considerado não satisfatório os eleitores votam contra o partido situacionista, dando uma chance à oposição (KRAMER, 1971, p.134).

Já no caso do voto prospectivo, o eleitor vota de acordo com a sua expectativa diante do futuro; portanto, ele tenderá a votar naquele candidato que considerar ter ações mais positivas quando assumir o poder, naquele que lhe dará maior segurança futura. Porém, os autores ressaltam que ambos não são excludentes: o cidadão pode agir retrospectivamente e prospectivamente ao mesmo tempo. Camargo adverte ainda que o eleitor tem um quadro conectivo mais complexo, onde é necessário analisar outras variáveis como, por exemplo, preferência partidária.

Os modelos formulados por KIEWIET (1983, apud CAMARGO, 1999, p. 123), mostram que o eleitor pode tomar a sua decisão no âmbito pessoal, cujo cálculo pode ser prospectivo ou retrospectivo ou, no âmbito sociotrópico, podendo ser também prospectivo ou retrospectivo. Para melhor entender a definição de cada variável apresentada pela Teoria da Escolha Racional para a decisão do voto, tais como expostas no trabalho de CAMARGO (1999) – no qual analisa, à luz dessa teoria, os

fatores que motivaram o voto em FHC e LULA em 1998 –, elaboramos o quadro síntese abaixo visando expor, de maneira sistemática, tais definições.

**Quadro 1 – Variáveis que influenciaram o voto em 1998**

<b>Variáveis</b>	<b>Definição</b>	<b>FHC</b>	<b>LULA</b>
<b>Retrospectivo Sociotrópico</b>	Eleitores avaliam a situação econômica nacional. Se melhorou tendem a votar situação, se piorou tendem a votar na oposição.	Eleitores que avaliaram positivamente o governo de FHC tenderam a votar em FHC. O que na época foi um fator relevante a favor de FHC.	Eleitores que avaliaram mal o governo FHC tenderam a votar em Lula.
<b>Retrospectiva Pessoal</b>	Eleitores votam na situação dependendo da sua avaliação pessoal da economia. Avaliam se a sua situação financeira melhorou ou não.		
<b>Prospectivo Sociotrópico</b>	Eleitor preocupado com a melhoria da situação econômica da nação futura.	Eleitores preocupados com o macro, como por exemplo, desemprego, inflação, tenderam a votar em FHC por julgarem que este dava uma maior segurança futura.	Tantos eleitores de Lula quanto de FHC viram em ambos um mundo futuro melhor. Só que essa variável influenciou menos o voto em Lula do que em FHC
<b>Prospectivo Pessoal</b>	Eleitores que tendem a estar preocupado com o próprio futuro, com a melhoria econômica pessoal		
<b>Preferência partidária</b>	Afinidade por identificação ideológica. Representação de interesses ou afinidades.	Apesar da identificação partidária no Brasil ser considerada fraca, essa exerceu grande influencia em 1998, pois eleitores que se identificaram com o PT, não votaram em FHC	identificação partidária com PT exerceu grande influencia em favor de Lula.

FONTE: CAMARGO, 1999. Elaborado pela autora.

Ao final das análises das eleições presidenciais de 1998, CAMARGO (IDEM, p. 143), concluiu que o eleitor brasileiro votou naquela eleição mais preocupado com o mundo futuro do que com o passado e que, ao fazer essa avaliação da situação nacional na hora de votar, demonstrou que estava mais preocupado com o aspecto macro econômico, com a situação geral do país do que seu próprio bolso. E que a preferência partidária, mesmo sendo pequena no Brasil, tinha que ser levada em consideração uma vez que “o fato do eleitor ter simpatia por um determinado partido aumenta a chance de o eleitor votar nesse partido” (IDEM, ibidem).



#### 1.4. Teoria Institucional da Escolha Política

Ao buscarmos trabalhar com a decisão do voto, a teoria da racionalidade é aquela que vem sendo mais adotada nos últimos anos, dividindo espaço também com a corrente psicológica, em detrimento da corrente sociológica. Neste trabalho lançaremos mão da Teoria Institucional da Escolha Política (SNIDERMAN e LEVENDUSCKY, 2009), a qual alia a teoria da racionalidade à psicológica.

O principal pressuposto desta abordagem teórica é que os eleitores não tomam suas decisões de maneira aleatória. Eles elaboram suas escolhas a partir de um cardápio de opções. Assim sendo, a teoria institucional da escolha política apresenta dois tipos de mecanismos explicativos para a tomada de decisão: a) um interno, que se refere à escolha feita pelo eleitor entre as alternativas oferecidas; b) outro externo, voltado para entender as alternativas que são apresentadas pelos partidos.

No que se refere ao mecanismo explicativo interno, sobre como as decisões são elaboradas – uma vez posto o cardápio de opções – esta perspectiva associa a teoria da escolha racional – que assume a racionalidade em quaisquer circunstâncias – com a abordagem psicológica que assume escolhas a despeito da presença ou não de racionalidade completa. Três premissas estão no cerne do modelo adotado por Sniderman e Levendusky: a) os atores buscam maximizar o seu bem-estar; b) mas operam com baixa capacidade de associação de conhecimento e atenção; c) assimilando a expectativa sobre os desejos e sonhos dos outros atores. As três premissas – maximização de utilidades, racionalidade limitada, endogeneidade de preferências e valores – formam a base da decisão política<sup>2</sup> (IDEM, 2009, p.439).

Já o mecanismo explicativo externo, voltado para entender as alternativas que são oferecidas aos eleitores, aborda a relação entre as instituições e as expectativas racionais. O que nos remete à necessidade de olhar não apenas para as preferências e valores dos eleitores, mas também para a configuração do jogo. Por exemplo, o número de alternativas oferecidas pode influenciar o resultado de uma disputa. Neste sentido, a restrição do número de opções pode ser uma estratégia adequada da configuração da escolha política se o que se pretende é que seja mantida a coerência entre a atitude pessoal e a decisão final. Assim, enquanto existem estudos que apontam que para o eleitor o melhor caminho é ter uma única opção de escolha, devendo o mesmo decidir

---

<sup>2</sup> “Three premises underpin behavioral economics. The first is that actors aim to maximize their welfare. The second assumption is that they have limited computational capacities and attention. The third is that their expectations about the actions of others and desires are fixed. These three premises – utility maximization, Bounded rationality, and the endogeneity of beliefs and tastes – generate the signature research program of behavioral economics: the discovery and analysis of systematic departures from axiomatic choice.” (SNIDERMAN e LEVENDUSCKY, 2009, p. 439).

entre aceitar ou declinar em relação à proposta que lhe está sendo apresentada, sem ter o risco de se distrair com uma segunda opção, outros apontam que o melhor é aquele em que o eleitor dispõe de duas opções para que possa confrontar as alternativas concorrentes (SULLIVAN *et al.*) 1978; BISHOP, 1978, apud SNIDERMAN E LEVENDUSKY, 2009, p. 441).

Parece-nos oportuno, assim, discutir como o sistema multipartidário influencia o cálculo e as expectativas racionais. Dessa forma, imediatamente, verifica-se a importância das instituições partidárias na definição da estrutura do padrão de escolhas. Os partidos podem – em um sistema multipartidário – optar, dentro de suas possibilidades, por formarem coalizões eleitorais mais ou menos abrangentes, influenciando o número de candidatos em disputa. Pois, neste sistema, os eleitores entendem que nenhum partido será capaz de governar sozinho. A coalizão de governo será formada e o eleitor deve calcular a combinação de partidos que irá realizar de maneira mais satisfatória seus objetivos políticos.

\* \* \*

O propósito deste capítulo foi discorrer sobre as três correntes clássicas do comportamento político, bem como uma corrente mais contemporânea, explorando seus pressupostos, seus alcances e problematizando seus limites.

Neste sentido, a teoria sociológica, ao pressupor que as escolhas dos eleitores têm que ser compreendidas a partir do contexto em que os mesmos se inserem, possui o mérito de englobar um conjunto mais amplo de fenômenos para além do âmbito individual, e inferir a identidade política do eleitor a partir das interações construídas na e a partir da estrutura social. Seja sob o prisma da cultura política, seja sob o da natureza de classes, em ambas, embora com sentidos distintos, há uma forte correlação entre grau de conscientização política e mobilização, cuja ênfase varia em relação ao grau de interação e do desenvolvimento de uma sociedade (corrente da cultura política), como da preliminar identidade quanto ao pertencimento de classe e sua consciência (corrente classista). Contudo, tal abordagem tem seu limite testado em situações nas quais não há uma necessária correspondência entre voto e posição social e/ou consciência de classe. Em razão disto, vários estudos, ao enfrentarem discrepâncias e situações negadoras destas premissas, privilegiam outros aspectos para além de fatores tais como localização, ocupação, situação econômica e social, religião, sexo, idade, escolaridade, raça, dentre outros.

A corrente psicológica pressupõe que o comportamento eleitoral baseia-se na estrutura de personalidade dos indivíduos e no seu sistema de crenças, os quais são relativamente independentes do contexto social, embora fatores ligados à socialização primária e secundária, bem como a valores morais e religiosos, principalmente os adquiridos no âmbito familiar no momento anterior à introdução do eleitor na política, refletirão poderosamente nas escolhas eleitorais dos indivíduos. Nessa linha de argumentação, é de se esperar que temas relacionados às eleições municipais e locais tenham maior apelo entre os cidadãos do que os temas de uma eleição ao governo do Estado, por exemplo, em razão da maior proximidade e dos efeitos sensivelmente mais importantes para os eleitores. Tem-se no entanto, que o poder explicativo e, sobretudo, preditivo da teoria se vê comprometido em situações de desarticulação ou ausência de um sistema de crenças estruturado, situações estas nas quais o eleitorado se mostra imprevisível. A teoria psicológica aposta no poder da identidade ideológica e da preferência partidária, mais especificamente, como forte preditoras do voto. Na medida em que parte relevante do eleitorado não apresenta fortes identidades ideológicas e

partidárias, o poder explicativo de tal teoria se torna limitado. Constatase, no entanto, que em situações como esta – de baixa identidade partidária – a pessoa do candidato ganha relevância na escolha do voto. Neste sentido, a teoria psicológica será contemplada no modelo em teste no que se refere ao peso da rejeição do candidato e de seu adversário.

Por fim, dentre as teorias clássicas, a premissa da teoria da escolha racional leva em conta o momento do voto como de particular importância para uma análise do comportamento político. De um lado, a tendência maximizante enfatizará o lado racional, auto-interessado e egoísta do eleitor, que avalia o cenário social a partir de suas necessidades e interesses imediatos, analisando as propostas oferecidas, hierarquizando as mais importantes, acionando seus valores e conhecimentos passados. Um aspecto importante quanto ao alcance analítico da teoria da escolha racional, de modo geral, é quanto à possibilidade que recursos midiáticos têm para municiar os eleitores quanto às expectativas de futuro. Assim, várias pesquisas podem ser conduzidas para compreender os efeitos da exposição à mídia para as escolhas políticas. Na ausência ou escassez de informações, a vertente “satisfacionista” pode ser mobilizada para explicar o grau de satisfação do eleitor com a atual situação, e neste caso a ênfase recai menos quanto às expectativas de futuro do que à leitura do legado do passado. Assim, se o voto do eleitor maximizante é um voto prospectivo, o do eleitor satisfacionista é um voto retrospectivo, embora ambos ajam de forma estratégica, visando garantir ou aumentar seus benefícios. Todavia, casos em que a motivação do voto não corresponde a interesses individuais egoístas, mas altruístas, também podem ser explicados pela teoria da escolha racional, na medida em que decisões estratégicas podem vir a ser tomadas em ambos os casos.

Assim derivamos da Teoria Institucional da Escolha Política (SNIDERMAN e LEVENDUSKY, 2009), a qual alia a teoria da racionalidade à psicológica, o nosso principal pressuposto teórico: para entender as escolhas na política – no caso em específico desta pesquisa, o voto no prefeito – é necessário ter em conta não somente as posturas dos eleitores – se satisfeitos ou não com a gestão e com os políticos em disputa –, mas também as propriedades da configuração política. Ressalta-se assim o novo componente da teoria das escolhas, a configuração do jogo – especificamente as candidaturas em disputa e a correlação de forças estabelecida entre as mesmas – no qual as instituições políticas e, particularmente os partidos políticos, têm um papel fundamental.

## Capítulo 2

### Estudos do Comportamento eleitoral brasileiro

Como foi a acolhida ao seu trabalho sobre o comportamento eleitoral?

Em 1954, por ocasião do quarto centenário da fundação de São Paulo, houve muitos congressos internacionais na cidade. Entre eles, o I Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia, cujo presidente era Fernando de Azevedo. Antônio Cândido sabia que eu já havia feito o levantamento de dados da minha pesquisa e sugeriu que eu aproveitasse o congresso para fazer uma comunicação sobre o voto operário. Não se tratava de um prognóstico eleitoral, mas de uma análise do comportamento do proletariado nas eleições. Este foi, ao lado do trabalho de Orlando de Carvalho,<sup>3</sup> feito em Minas Gerais, um dos primeiros estudos sobre pesquisa eleitoral realizados no país. (Aziz Simão em entrevista publicada em 1989).<sup>4</sup>

#### 2.1. Comportamento eleitoral: sua gênese e o voto nos municípios interioranos na década de 1970 no Brasil

Ao buscarmos na literatura brasileira a gênese dos estudos sobre comportamento eleitoral, nos deparamos com o trabalho do sociólogo Aziz Simão, datado de 1954. Conforme a epígrafe acima, a pesquisa faz parte dos anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia (CBS), publicada em 1955 sob o título “O voto operário em São Paulo”, e é considerada um dos primeiros trabalhos nesta linha de pesquisa. Em 1956 a “comunicação” apresentada no I CBS “sobre o voto operário” foi publicada em forma de artigo no primeiro número da Revista Brasileira de Estudos Políticos.

No trabalho supracitado, AZIZ SIMÃO (1955) analisa o voto operário na cidade de São Paulo nas eleições de 1945 e 1947, e para tanto utiliza dados extraídos dos Boletins Eleitorais, referentes à apuração dos votos para as legendas partidárias para assembleia do Estado.

---

<sup>3</sup> Não foi possível localizar o trabalho de Orlando Carvalho. Aliás, aqui vale uma ressalva quanto a uma das limitações deste capítulo, que foi a dificuldade de acesso à literatura anterior aos anos setenta. Por fazerem parte de obras raras as quais a consulta estava limitada, a manipulação direta a revistas tais como a Revista Brasileira de Estudos Políticos (RBEP) estava restrita à biblioteca da UFMG. Por outro lado, tanto os anais do Congresso Brasileiro de Sociologia quanto a RBEP não estão disponíveis *on line*. No acervo das Bibliotecas da UFPR encontramos parte da coleção da RBEP na Biblioteca do Setor de Ciências Jurídicas, mas com sequência defasada, o mesmo acontecendo nos sebos *on line*.

<sup>4</sup> Entrevista concedida a José Albertino Rodrigues (Departamento de Ciências Sociais, UFSCar) e Vera Rita da Costa (Revista Ciência Hoje). Disponível em <<http://www.canalciencia.ibict.br/notaveis/txt.php?id=21>>, acessado em 18/02/2011.

Para facilitar a análise e traçar um perfil do eleitorado e sua distribuição, o autor dividiu a cidade em quatro zonas “eleitorais operárias”, considerando taxas superiores a 40% de operários inscritos na região. Já para melhor compreender o comportamento eleitoral, Simão priorizou três aspectos: o eleitorado, a votação, o votante. No primeiro o autor concluiu que a maior concentração do eleitorado operário do Estado de São Paulo encontrava-se na capital, sobretudo na zona mais industrialmente desenvolvida – região noroeste-sudeste – (IDEM, pp. 201-202). No segundo aspecto – o voto operário – o mesmo sugere que “o voto operário orientou-se predominantemente para o PCB e PTB e o voto industriário tendeu mais para o PCB do que para o PTB” (IDEM, p. 208). Ao analisar o “votante operário” do final dos anos quarenta, Simão expõe dois tipos de comportamento eleitoral, podendo ser o eleitor aquele que:

[...] se baseia no julgamento a respeito de um candidato ou partido e o que resulta de relações simpáticas com terceiros ou de circunstancia ocorrentes no momento da votação. O primeiro é peculiar aos seguidores de um partido ou chefe e o segundo aos indiferentes à ação partidária, pessoas dos candidatos ou preenchimento dos cargos. Tem sido geralmente observados – ainda – casos de duplicidade de comportamento em um mesmo indivíduo, que se comporta diferentemente conforme sejam os candidatos ou cargos em eleição (SIMÃO, 1955, p. 209).

Ao longo da análise o autor observou, ainda, que os eleitores operários nas eleições para o executivo manifestavam maior motivação no momento da escolha do candidato em detrimento da escolha para o legislativo, sendo este muitas vezes visto pelo eleitor como “dispensável para a constituição do governo”. A partir disso, considerando os tipos de comportamento eleitoral observados, o autor concluiu que os eleitores operários não tinham um comportamento único no que concernia às eleições para o executivo e legislativo. Podiam votar em um determinado partido para executivo e em outro para o legislativo, não seguindo a lógica do voto partidário. Ou ainda, ao votar em um candidato para o executivo podiam não seguir a sua indicação para o legislativo. Este comportamento, por exemplo, “levou o PTB, em 1950, a explicar e recomendar aos eleitores de seu chefe a necessidade de votar, não só nele, mas na chapa completa” (IDEM, p. 2010).

Ao construir a tipologia do eleitor operário de São Paulo, o autor apresenta o perfil daqueles que votaram no PCB e no PTB. Eleitores do PCB ou do seu líder eram na sua maioria nascidos na capital paulista, homens, tinham entre 18 e 40 anos e trabalhavam em “serviços qualificados”. Estes estavam insatisfeitos com as condições de vida e com a Legislação Trabalhista – mesmo essa tendo trazido benefícios, não os consideravam

suficientes. Aspiravam ainda uma reforma tanto econômica quanto social. Já o eleitorado do PTB ou seu chefe não tinham origem e ocupação profissional única. Dentre aqueles que moravam na cidade de São Paulo, provenientes provavelmente do êxodo rural, na sua maioria se concentravam nos velhos bairros industriais – leia-se, zonas periféricas ou suburbanas –, eram homens com mais de 40 anos e mulheres com idades diferentes, ambos com baixa qualificação profissional. Reconheciam que a Legislação Trabalhista havia trazido benefícios e segurança, portanto tinham o desejo de mantê-la. As suas motivações em votar no PTB estavam ainda atreladas a “certas melhorias de vida individualmente alçadas, unidos à atribuição de qualidades paterno-carismáticas ao seu chefe” (IDEM, p. 211-212). Em suma, ao final da leitura do trabalho de Aziz Simão é possível perceber que o autor, a despeito da incompletude de dados e das restrições impostas pelas condições de trabalho existentes (Idem, p. 209), teve sua pesquisa reconhecida ao fornecer inúmeros elementos que serviram como mote para as gerações posteriores, como por exemplo: a distribuição de resultado por região, renda e sexo; os votos de classe; partidário; personalista e ideológico.

SILVEIRA (2002a), ao fazer o levantamento da produção sobre estudos eleitorais no Brasil também percebe a obra de Aziz Simão – para nós 1954, para ele 1956 – como pioneira ao analisar o comportamento do voto. Ao prosseguir com sua análise sobre a produção intelectual brasileira Silveira diz que:

Nos primeiros estudos eleitorais propriamente ditos, publicados no início dos anos 1960 na *Revista Brasileira de Estudos Políticos* e no livro *Comportamento eleitoral no Brasil* organizado por Cavalcanti e Dubnic (1964), as análises do eleitorado e das disputas eleitorais são preliminares e relativamente superficiais. De um modo geral, os exames dos processos eleitorais estão voltados aos temas da escolha dos candidatos, da motivação dos candidatos para o pleito, da descrição dos acontecimentos da campanha eleitoral, das características da propaganda eleitoral, da situação dos partidos em consequência do pleito, da renovação das Assembléias, da idade dos eleitos, da sua situação econômica e do seu nível intelectual. As poucas menções ao eleitorado referem-se ao número de pessoas que compareceram às urnas e aos resultados oficiais do pleito. Nestes estudos sobre o “comportamento eleitoral”, o eleitor é o grande ausente. Eles descrevem alguns aspectos da campanha eleitoral, mas não explicam as razões de um ou outro comportamento do eleitorado. As tentativas de explicação recorrem ao modelo anteriormente mencionado [...] (IDEM. p. 357).

A citação acima ilustra nossa dificuldade em esboçar um aprofundamento sobre os estudos que abordam o comportamento eleitoral anteriores a 1970. Desta forma os

trabalhos a seguir fazem parte da produção acadêmica da década de setenta e estão centrados em um ambiente de disputa bipartidária (MDB X ARENA) e em eleições de municípios do interior do Brasil. Isto porque, nesse período os prefeitos de capitais eram indicados e não eleitos através do voto.

Neste sentido, os primeiros surveys realizados com vistas a analisar o comportamento eleitoral em eleições municipais se deu por ocasião do pleito de 1976, e as quatro cidades de médio porte do interior (Caxias do Sul/RS, Juiz de Fora/MG, Presidente Prudente/SP e Niterói/RJ) foram contempladas com análises sobre o perfil do eleitorado que, mais tarde, em 1978, foram reunidas e compiladas no livro *Os partidos e o regime*, organizado por Fábio Wanderley Reis.

Sob intenções analíticas, orientações metodológicas e resultados diversos, os quatro estudos investigaram de forma mais aprofundada as circunstâncias específicas de cada cidade, na verdade bem distintas entre si, e as consequências daquele pleito numa disputa bastante polarizada.

Começando pelas motivações e perguntas formuladas pelos autores: se a intenção comparativa quanto ao comportamento eleitoral em grandes centros urbanos e cidades com características agro-industriais foi o mote da pesquisa de Trindade e Cew (1978) em relação a Caxias do Sul (RS), a pesquisa em Juiz de Fora (MG), conduzida por Fábio Wanderley Reis (1978), buscou entender a brusca mudança de orientação política daquela cidade, cujas raízes oposicionistas consolidadas pela herança do antigo PTB e forte presença operária não impediram o voto na ARENA e a eleição de um vereador a mais por aquele partido, em detrimento dos candidatos do MDB. A mudança de orientação também foi vista com interesse analítico por Bolívar Lamounier (1978), em seu estudo sobre a cidade de Presidente Prudente, uma vez que nas eleições de 1974 o MDB havia ganhado as eleições para a Assembléia Estadual e para o Senado, e em 1976 havia perdido para a Arena no pleito local. Por fim, Olavo Brasil de Lima Jr.(1978) interessou-se pela situação peculiar de Niterói, que em 1976 vivenciara a primeira eleição para prefeito ao deixar de ser a capital do estado do Rio de Janeiro.

Em se tratando de cidades com histórias e perfis distintos, as orientações metodológicas também foram igualmente variadas, embora a corrente sociológica tenha predominado neste período. Assim, visando entender se havia a reprodução do “comportamento político típico dos grandes centros urbanos” numa cidade de médio porte como Caxias do Sul, Trindade e Cew (1978, p. 146) localizaram a “identificação partidária” como a mais relevante dentre outras variáveis tais como “idade”, “escolaridade”, “auto-identificação de classe social”, etc, para a escolha do voto num cenário de alto grau de competição entre MDB (com a ênfase em temas mais



abrangentes e de caráter nacional) e ARENA (com sua ênfase em problemas restritos ao âmbito municipal). Já o interesse pelo grau de “consciência de classe” foi testado a partir da análise de variáveis como “escolaridade”, “posição sócio-econômica”, “preferência partidária” e “satisfação com o governo” para Reis (1978), que as mobilizou no sentido de estabelecer correlações entre temas de âmbito nacional, como voto direto e do analfabeto, política salarial, e a preferência partidária, durante o pleito de Juiz de Fora. A ênfase quanto aos temas locais e aos serviços municipais em Presidente Prudente chamou a atenção de Lamounier (1978), uma vez que naquela cidade, os candidatos da ARENA e MDB pouco se diferenciavam entre si, e a vitória da ARENA foi resultado da maior capacidade do seu candidato em construir sua imagem modernizante. Nesse sentido, o estudo de Lamounier estabelecia correlações entre intenção de voto e avaliação de serviços públicos como água, esgoto, escola e atendimento médico. Já, o estudo sobre Niterói, feito por Lima Jr. (1978), levou em conta o impacto das variáveis sócio-demográficas no voto, em razão da posição estratégica que aquela cidade tinha em relação ao interior do novo estado do Rio de Janeiro.

Por último, os resultados das análises acima revelaram heterogeneidade no que diz respeito ao comportamento eleitoral: a) em Caxias do Sul, a pesquisa encabeçada por Trindade e Cew (1978) correlacionou a abrangência de questões (se nacionais ou locais) a preferências partidárias (respectivamente MDB e ARENA); b) o estudo de Fábio Wanderley Reis (1978) concluiu que as questões de âmbito nacional, além de permitir identificar a preferência partidária, variavam em razão do nível de renda do eleitor; c) o quadro apresentado por Lamounier (1978) para a cidade de Presidente Prudente concluiu que mesmo os eleitores que consideravam os serviços públicos municipais ruins ou péssimos, não tenderam seu voto à oposição (isto é, ao MDB) ;d) e Lima Jr.(1978) relacionou a vitória do MDB em Niterói ao perfil sócio-demográfico do eleitorado de Niterói, particularmente à variável “escolarização”.

Em linhas gerais assim como o “eleitor operário”, analisado por Simão (1954), demonstrava sua satisfação ou não com o governo ao avaliar se a Legislação Trabalhista, em vigor na época, tinha ou não melhorado sua vida de alguma forma, os estudos presentes na década de setenta demonstraram que os eleitores das cidades médias interioranas – considerando o sistema bipartidário –, não satisfeitos com o regime tendiam a votar no MDB, partido que passou a ser identificado como partido do “povo” e comprometido com a mudança social.

## 2.2. Comportamento Eleitoral e os estudos eleitorais nos municípios brasileiros nas duas últimas décadas

Conforme acabamos de ler, a década de setenta foi muito frutífera no que diz respeito a produções de pesquisas que tentaram elucidar o comportamento do eleitor. Após um período de menor produção na década de oitenta, após a retomada democrática nos anos noventa há uma emergência de trabalhos sobre comportamento eleitoral com um viés diferente do anterior. Se na década de setenta havia um maior foco dos estudos que consideravam a corrente sociológica – ainda que em alguns trabalhos já pudesse ser percebida a utilização ainda incipiente das outras teorias, na de noventa teremos a emersão da teoria da escolha racional a qual, ao longo de vinte anos, irá se consolidar e reger vários estudos. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*, de FIGUEIREDO (1991) foi a obra responsável por inaugurar esta nova fase de interpretações do comportamento eleitoral no Brasil. Depois vieram os estudos: *A democracia nas urnas*, de LAVAREDA (1991); *Transição, eleições e opinião pública*, de BAQUERO (1995), dentre outros. Predominava a ênfase nas disputas presidenciais.

A década subsequente inicia-se com os estudos de SOARES (2000) que, diferente do contexto bipartidário apontando no capítulo anterior, analisa o modelo multipartidário nas eleições de 1998 em Brasília e a satisfação do eleitor com os últimos governadores. Vale lembrar aqui que, mesmo Brasília sendo considerada um estado da Federação, a pesquisa de Soares – que é sobre poder local – o autor a analisa como um município por se tratar de uma unidade administrativa singular, possuindo atribuições específicas de gestão municipal, como trânsito, educação e transporte.

A coletânea organizada por SILVEIRA (2002b), *Estratégia, Mídia e Voto*, tem como tema as eleições municipais de 2000. Os oito trabalhos apresentados focam tanto as campanhas quanto os resultados de oito capitais de estado, e apesar das diferenças e especificidades de cada cidade, a tendência comum à bipolarização das campanhas e seu caráter plebiscitário foi notado, fenômeno esse acentuado pelo mecanismo de eleição em dois turnos e pela possibilidade de reeleição.

Em São Paulo, a bipolarização foi bastante acentuada em função do desgaste da longa herança malufista, agravada pela insatisfação com o prefeito Celso Pitta (PP), afilhado político de Paulo Maluf, e da ascensão do Partido dos Trabalhadores. Nesse sentido “a majoritária avaliação negativa da gestão de Celso Pitta parece ter exercido o papel de patamar comum no mapa de orientação dos eleitores” (CHAIA et. al., 2002, p. 45).

Já no Rio de Janeiro, a relativamente pouca diferenciação entre o ex-prefeito César Maia (PTB) e o então prefeito Luiz Paulo Conde (PFL), ex-aliados e agora

adversários, repercutiu na vitória apertada do primeiro por uma diferença de apenas 2,2 pontos percentuais (FIGUEIREDO *et. al*, 2002). Situação semelhante ocorreu em Belo Horizonte, onde o prefeito Célio de Castro (PSB) não teve um adversário com projeto antagônico: a oposição oferecia possibilidades de avanços e não de mudanças, e diante deste cenário, os eleitores optaram por ficar com o projeto já conhecido, evitando os riscos de uma troca de governo. Neste sentido, a análise de CAMARGO (2002, p. 104) identificou o voto retrospectivo como a tendência predominante entre os eleitores da capital mineira, o mesmo ocorrendo em Salvador e Porto Alegre: na capital baiana, o então prefeito Imbassahy (PFL) se reelegeu com base na aprovação de sua gestão (RUBIM, 2002), ao passo que a capital gaúcha, cuja administração do PT completava 12 anos e era considerada boa ou ótima para pouco mais da metade dos eleitores, resultou em mais quatro anos de mandato para aquele partido (SILVEIRA, 2002b).

O índice de rejeição foi importante para definir o pleito na cidade de Goiânia, uma vez que nenhum dos candidatos que foram ao segundo turno eram da situação: o resultado foi que Pedro Wilson (PT), que tinha o menor índice de rejeição no primeiro turno, enfrentou Darci Arccosi (PTB), que liderava o índice de rejeição e acabou derrotado pelo primeiro (PAIVA, 2002).

Por outro lado, o alto índice de aprovação da gestão municipal do prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi (PFL) não se converteu integralmente em intenções de voto, embora fosse suficiente para reconduzi-lo ao cargo, ainda que por uma margem de apenas 3 pontos percentuais (CERVI e FUKS, 2002).

Em relação à disputa de 2008, TELLES *et. al* (2009) investigou, dentre outros fatores, a influência das estratégias de campanha eleitoral televisiva para o resultado das eleições, tendo como pressuposto a idéia de que a campanha política emerge como uma instância organizadora de informações, fornecendo ao eleitor dados sobre os candidatos e adversários, permitindo a construção da imagem, agenda e propostas políticas (TELLES *et al*, 2009, p. 140). Neste sentido, os eleitores podem distinguir entre seus problemas individuais e os coletivos, observar as diferentes esferas de poder e responsabilizar os distintos níveis de governo pelas dificuldades que enfrentam, bem como separar a atual situação das expectativas futuras, tornando complexo o percurso até o voto.

Enfim, afinado com a teoria institucional da escolha política, MARENCO (2009) traz a discussão sobre as regras e a configuração da disputa eleitoral. O autor evidencia a necessidade de se considerar para fins de análise no caso de eleições em dois turnos, as diferenças na competição eleitoral, pois estas geram uma competição eleitoral própria, com maior importância para a montagem de uma coalizão de partidos em torno de uma candidatura majoritária. Portanto as variáveis que se tem que considerar para

fins de análise em eleições de turno duplo é : 1) o tamanho dos partidos e coalizões eleitorais – porque são fatores importantes na competição durante o primeiro turno, e; 2) a avaliação positiva do desempenho governamental – porque esta pode ser a variável explicativa relevante para o resultado final da competição.

Marengo considera importante para explicar o resultado final em uma eleição em dois turnos, além das variáveis já citadas a outro fatores como como a imagem do candidato, avaliação do desempenho governamental, maior ou menor rejeição. Em 2008, nas eleições majoritárias para Porto Alegre (RS), o governo de José Fogaça (PMDB) à frente da prefeitura de Porto Alegre, era considerado ótimo/bom por 25% dos entrevistados pelo Instituto Vox Populi (2008), em março. Enquanto que aqueles que julgavam a administração ruim/péssima, somavam 32%. No final do primeiro turno (27 de setembro), pesquisa Ibope apontou 46% de avaliação positiva para Fogaça, enquanto a avaliação negativa diminuiu para 20%. “Fogaça incidiu sobre a avaliação positiva de seu próprio governo, melhorando o julgamento feito pelos eleitores, ainda que até o final o eleitor mediano de Porto Alegre continuasse atribuindo-lhe o conceito “regular” (MARENCO, 2009, p. 79). As condições que levaram Fogaça à reeleição, de acordo com Marengo foram, além de conseguir melhorar a avaliação do seu governo durante a campanha, a falta de uma competição comparativa feita pelo PT, que perdeu as eleições de 2004 em função do desgaste do partido pelos 16 anos de administração da capital gaúcha. “Em 2008 o PT abriu mão dos trunfos de uma comparação retrospectiva, sujeitando-se aos termos e enquadramento propostos por Fogaça” (MARENCO, 2009, p. 80).

\* \* \*

Ao discorrer sobre o presente capítulo é notável que os pesquisadores desta linha de pensamento, desde a sua gênese nos cinquenta – com o alçar de vôo de AZIZ SIMÃO (1955) no sentido de tentar compreender o comportamento eleitoral através do voto de classe, isto é como o eleitor operário fazia suas escolhas perante a urna –, até os estudos mais recentes como de MARENCO (2009) – que dialoga com alguns pressupostos da teoria institucional da escolha política –, ao desenvolverem suas pesquisas acabaram por estabelecer um conjunto sistematizado de interpretações, teorias, conceitos, revisões críticas que em conformidade com a literatura internacional nos possibilita, hoje, avançar nas explicações que influenciam na determinação do voto, seja em eleições ou reeleições presidenciais, estaduais, municipais, seja para os cargos do legislativo.

Ao elaborarmos esta revisão teórica, o nosso foco esteve na discussão sobre as disputas municipais, no entanto se lançarmos o olhar para os trabalhos desta área de estudo no país, nos deparamos com três tendências: 1) nas últimas duas décadas foram produzidos mais trabalhos que enfatizaram as disputas presidenciais que os estudos dos pleitos estaduais e municipais, principalmente no que diz respeito à reeleição, pois como vimos este ainda é um evento recente em nosso país<sup>5</sup>; 2) neste período houve uma tendência em adotar a teoria da racionalidade para explicação do comportamento eleitoral, assim como a teoria psicológica, em detrimento da corrente sociológica; 3) geralmente as três correntes são tratadas de forma disjuntiva e não complementar.

Desta forma, ao considerarmos o tema desta pesquisa – os determinantes do voto no mandatário numa situação de reeleição municipal – e o objeto – a reeleição em nove municípios brasileiros no ano de 2008 – a nossa intenção com as análises propostas no capítulo seguinte é de contribuir para com o preenchimento das lacunas evidenciadas e avançar ao apresentar, à luz da teoria da escolha institucional da escolha política, um viés que parte do pressuposto de que as teorias do comportamento eleitoral são mais complementares do que disjuntivas ou excludentes.

---

<sup>5</sup> Aqui indicamos a leitura de SILVEIRA (2002a), pois o mesmo faz um levantamento sistemático das produções acadêmicas no que diz respeito às eleições.

## Parte II

---

### Análise do comportamento eleitoral nas Eleições municipais 2008

---

Faz-se necessário esclarecer que, para efeito de análise, foram utilizados os bancos de dados do ano de 2008, gentilmente disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – IBOPE. Trata-se de um conjunto de 18 *surveys*<sup>6</sup>, duas pesquisas para cada capital, sendo uma realizada no momento anterior ou inicial da veiculação do HGPE – no mês de agosto – e a segunda rodada de entrevistas realizada ao final do mês de setembro. Ao selecionarmos os nove casos de reeleição, dentre aqueles que tivemos acesso, priorizamos a heterogeneidade dos acontecimentos, uma vez que a nossa intenção foi testar o modelo proposto por VEIGA, AVI dos SANTOS e NEVES (2011) em situações diversas. Neste ponto como sugerem as autoras lançamos mão do SPSS para a nossa análise e de acordo com as variáveis dividimos a análise em dois momentos: eleitos e não eleito.

O primeiro momento será visto no capítulo três, no qual analisaremos os reeleitos, comparando, para melhor compreensão, dois grupos: 1) aqueles prefeitos que venceram no primeiro turno – Curitiba, Goiânia, Fortaleza, Maceió – e; 2) e os que venceram no turno subsequente – São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Florianópolis. Apresentamos análises de correlação e regressões binárias<sup>7</sup> entre o voto no prefeito (variável dependente) e avaliação positiva da gestão municipal, rejeição ao prefeito, rejeição ao principal adversário, tamanho da capilaridade da coligação do mandatário e tempo de televisão disponibilizado para a coligação do prefeito (tidas como variáveis independentes) nos dois momentos em foco: no início e ao final do primeiro turno da disputa. Os dados sobre a capilaridade da coligação do prefeito e do tempo de televisão foram colhidos do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No quarto capítulo, nos atemos em compreender a exceção: Manaus, exceção dentre as vinte capitais brasileiras em que houve reeleição. Neste sentido, a pergunta sobre o porquê do prefeito da capital do Amazonas não ter sido reeleito requer um estudo de caso sobre a eleição local e portanto, para além das regras que explicam o voto, se faz necessário considerar vários aspectos particulares, contextuais. Por isso, dedicaremos atenção à análise do eleitorado, do jogo político e do cenário envolvidos

---

<sup>6</sup> Apêndices metodológicos: 1 referente a capítulo 3 e apêndice metodológico referente ao capítulo 4, ver página 82.

<sup>7</sup> As regressões binárias serão obtidas dicotomizando as respostas e criando uma variável dependente “dummy”, voto no candidato prefeito (1) - voto em outro (0). As respostas: não sabe, vota branco, vota nulo foram tratadas como “missing”.

naquele pleito. Na sequência, a intenção é abordar os principais argumentos das duas principais campanhas veiculados em suas propagandas eleitorais. Para esta parte, serão analisados *spots* das campanhas de Serafim Corrêa (PSB-AM) e Amazonino Mendes (PTB-AM) e o debate televisivo promovido pela Rede Globo TV Amazonas no dia 24 de outubro de 2008.<sup>8</sup>

Para melhor compreensão dos capítulos 3 e 4, elaboramos o quadro abaixo, contemplando as nove cidades estudadas, respectivos prefeitos / candidatos, partidos e principais adversários.<sup>9</sup> Para entender o jogo político nas cidades onde as disputas foram menos polarizadas, incluímos o terceiro adversário e quem este apoiou no segundo turno, quando o caso.

**Quadro 2 - Candidatos e adversários na eleição de 2008**

Nome da capital	Candidato à reeleição	Adversário Principal adversário	Adversário 3º lugar	Apoio do 3º lugar No segundo turno
Curitiba	Beto Richa (PSDB)	Gleisi Hoffmann (PT)	Reitor Moreira (PMDB)	XX
Florianópolis	Dário Berger (PMDB)	Esperidião Amin (PP)	Cesar Souza Jr (DEM)	Não formalizou
Porto Alegre	José Fogaça (PMDB)	Maria Do Rosario (PT)	Manuela D'avila (PC do B)	Maria Do Rosario (PT)
Salvador	João Henrique (PMDB)	Walter Pinheiro (PT)	ACM Neto (DEM)	João Henrique (PMDB)
Fortaleza	Luizianne Lins (PT)	Moroni (DEM)	Patricia Gomes (PDT)	XX
Maceió	Cícero Almeida (PP)	Judson Cabral (PT)	Solange Bentes Jurema (PSDB)	XX
Goiânia	Iris Rezende (PMDB)	Sandes Junior (PP)	Gilvane Felipe (PPS)	XX
São Paulo	Gilberto Kassab (DEM)	Marta Suplicy (PT)	Geraldo Alckmin (PSDB)	Gilberto Kassab (DEM)
Manaus	Serafim Corrêa (PSB)	Amazonino Mendes (PTB)	Omar Aziz (PMN)	Amazonino Mendes (PTB)

FONTE: TSE. Elaborado pela autora.

<sup>8</sup> É importante dizer não foi possível ter acesso as gravações dos programas veiculados pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral do candidato Serafim Corrêa, o que justifica a opção pelas análises dos spots e do debate televisivo.

<sup>9</sup> Consideramos como principais adversários aqueles que ficaram em segundo lugar ao final do primeiro turno.

## Capítulo 3

## Reeleição municipal em 2008: estudo de oito capitais reeleitas

## 3.1. Avaliação com a administração

Do total das oito capitais estudadas neste capítulo, 69% dos eleitores estavam satisfeitos com a gestão municipal do então prefeito no momento inicial da disputa, atingindo a taxa de 71% ao final do primeiro turno. Três dos quatro reeleitos no primeiro turno iniciaram a campanha eleitoral já com avaliação positiva acima de 70% e conseguiram manter tal patamar no decorrer da campanha, não sendo fragilizados pelos eventuais ou freqüentes ataques dos adversários ao longo da disputa. O quarto reeleito, exceção neste grupo, foi Fortaleza. Naquela cidade a prefeita começou a disputa com apenas 37% de avaliação positiva de sua gestão entre os eleitores – taxa que representa a metade do desempenho positivo dos prefeitos de Curitiba, Maceió e Goiânia. Ao longo da campanha, ela obteve um acréscimo de 14 pontos de avaliação positiva de sua gestão.

Tabela 1: Satisfação com a administração

	Capital	Grau de satisfação com a administração Agosto	Grau de satisfação com a administração Setembro	Grau de satisfação com a administração Saldo final
<b>Reeleitos Primeiro turno</b>	Curitiba	77%	82%	5%
	Maceió	76%	83%	7%
	Goiânia	74%	73%	-1%
	Fortaleza	37%	51%	14%
<b>Reeleitos Segundo turno</b>	Florianópolis	35%	50%	15%
	Porto Alegre	38%	44%	6%
	São Paulo	32%	46%	14%
	Salvador	20%	26%	6%
<b>Total</b>	Reeleitos <sup>10</sup>	69%	71%	2%

FONTE: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora.

Já os reeleitos no segundo turno iniciaram a disputa com a taxa de avaliação positiva fluando entre 20% e 38% e conseguiram aumentar a mesma para o patamar

<sup>10</sup> Total das oito capitais em questão.



de 26% a 50% ao longo do primeiro turno. É preciso constatar, no entanto, que os 51% de avaliação positiva com a gestão foram capazes de reeleger a prefeita Luiziane em Fortaleza, ainda no primeiro turno, ao mesmo tempo em que 50% de satisfação com a gestão não foi capaz de reeleger Dário Berger ainda no primeiro turno em Florianópolis

Em seguida, é feita a mensuração de como a satisfação com a administração estava de fato vinculada com o voto no prefeito, o que se busca explicar nesta pesquisa. De acordo com o marco teórico utilizado, haveria um forte laço entre as duas variáveis. Abaixo, a tabela 2 apresenta qual o percentual dos eleitores avaliavam bem a prefeitura e demonstravam intenção de voto no mandatário..

Constata-se que o grupo de prefeitos reeleitos no primeiro turno não apenas contava com taxas mais altas de avaliação positiva da gestão do que os demais, como também demonstrava mais sucesso em reverter a satisfação com a prefeitura em voto para o mandatário. O campeão neste quesito foi o prefeito de Maceió, que contava com uma das mais altas taxas de avaliação positiva de sua gestão (76 % em agosto e 83% em setembro) e dentre os eleitores satisfeitos com a administração conseguia obter as mais altas taxas de conversão para o voto em si mesmo (93,7% em agosto e 94,5% em setembro).

**Tabela 2 - Eleitores que avaliam de maneira positiva a gestão municipal X intenção de voto no prefeito**

		% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e votam no prefeito (Agosto)	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e votam no prefeito (Setembro)	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e NÃO Votam no prefeito (Agosto)	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e NÃO Votam no prefeito (Setembro)
<b>Reeleitos</b> <b>Primeiro turno</b>	Curitiba	87,3%	86,9%	12,7%	13,1%
	Maceió	93,7%	94,5%	6,3%	5,5%
	Goiânia	90,3%	86,6%	9,7%	13,4%
	Fortaleza	62,8%	80,0%	37,2%	20,0%
<b>Reeleitos</b> <b>Segundo turno</b>	Florianópolis	54,1%	63,3%	45,9%	36,7%
	Porto Alegre	70,8%	68,5%	29,2%	31,5%
	São Paulo	24,8%	43,8%	75,2%	56,2%
	Salvador	49,5%	64,2%	50,5%	35,8%
<b>Reeleitos</b>	Total	74,2%	73,8%	25,8%	26,2%

FONTE: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora

No caso de Fortaleza – que se difere sempre das demais três cidades que tiveram o prefeito reeleito no primeiro turno –, a prefeita obtinha ao final do primeiro turno a taxa de 51% de avaliação positiva, como já mencionamos, resultado muito próximo do

obtido pelo prefeito de Florianópolis, 50%. No entanto, constata-se que Luiziane obtinha 80% das intenções de voto entre aqueles que avaliavam positivamente a sua gestão na véspera do pleito do primeiro turno, enquanto Dário Berger de Florianópolis obtinha 63,3%.

No que se refere aos prefeitos reeleitos no segundo turno, é verificável que, além de terem aumentado a taxa de avaliação positiva com a sua gestão entre os eleitores, fortaleceram o vínculo entre tal taxa e a intenção de voto no mandatário. Em São Paulo, em agosto, apenas 24,8% daqueles que avaliavam bem a gestão de Gilberto Kassab votavam no prefeito. Já em setembro, 43,8% dos satisfeitos com a gestão manifestavam intenção de votar em Kassab. Variações semelhantes foram encontradas no caso de Salvador e Florianópolis. Em Porto Alegre, já era verificável uma forte associação entre avaliação positiva da gestão e voto no prefeito desde o primeiro momento, 70% dos eleitores satisfeitos com a administração demonstravam intenção de voto no prefeito em agosto.

A racionalidade do voto pode ser avaliada a partir da mensuração da avaliação positiva da administração e intenção de voto no prefeito, advinda do cálculo de correlação entre as variáveis. Neste quesito conforme podemos observar na tabela 2 com os resultados dos testes de significância e de correlação Spearman nos dois momentos estudados – agosto e setembro – destaca-se que entre os prefeitos reeleitos no primeiro turno – e que contavam com mais de 70% de aprovação de sua gestão – o coeficiente de correlação variou em termos de 0,403 a 0,484, apontando para uma consistência interna de moderada a alta em agosto. A intenção de voto em Luiziane – prefeita de Fortaleza, também eleita no primeiro turno, mas que contava com um patamar mais baixo de aprovação de sua gestão do que os demais colegas, que saíram vitoriosos no primeiro turno –, estava mais fortemente correlacionada com a avaliação positiva de sua gestão (0,610 em agosto e 0,490 em setembro). A intenção de voto em José Henrique, prefeito de Salvador, era aquela mais fortemente relacionada à satisfação com a gestão, ao final do primeiro turno.

**Tabela 3 – Teste de Correlação – intenção de voto no prefeito X  
Eleitores que avaliam positivamente a gestão municipal**

		Agosto		Setembro	
		Sig.	Spearman Correlation	Sig.	Spearman Correlation
<b>Reeleitos Primeiro turno</b>	Curitiba	0,000	0,403	0,000	0,434
	Maceió	0,000	0,484	0,000	0,343
	Goiânia	0,000	0,443	0,000	0,457
	Fortaleza	0,000	0,610	0,000	0,490,
<b>Reeleitos Segundo turno</b>	Florianópolis	0,000	0,533	0,000	0,499
	Porto Alegre	0,000	0,684	0,000	0,605
	São Paulo	0,000	0,354	0,000	0,375
	Salvador	0,000	0,363	0,000	0,679
<b>Total</b>	reeleitos	0,000	0,618	0,000	0,517

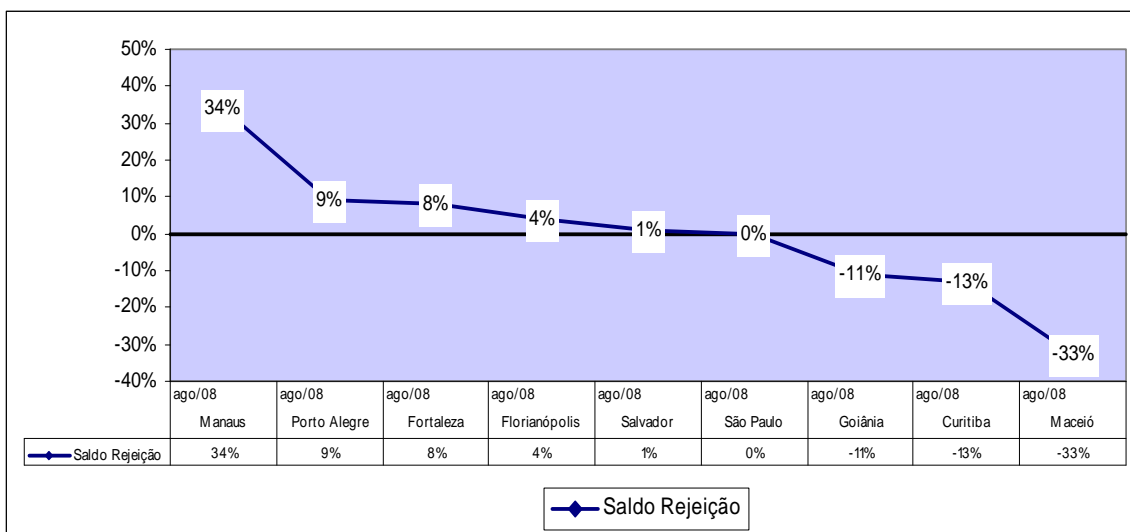
FONTE: Banco de dados Ibope - 2008. Dados tratados pela autora

Como já foi mencionado anteriormente, de acordo com a teoria utilizada neste capítulo, a expectativa é que os eleitores ajam como “juízes”, votando na situação quando satisfeitos com a administração. Porém, alguns desses eleitores poderiam, mesmo avaliando de maneira positiva a gestão, ainda assim votarem na oposição. Da mesma forma que um eleitor insatisfeito poderia votar no candidato prefeito. Neste caso, a explicação para o voto não estaria baseada apenas na avaliação retrospectiva realizada pelo eleitor, mas também em sua avaliação prospectiva. Ao vislumbrar o mundo futuro, a rejeição aos candidatos teria um papel importante. O eleitor votaria no candidato que não rejeita ou rejeita menos. Desta forma, se faz necessário ainda avaliar a taxa de rejeição ao prefeito e a taxa de rejeição ao seu principal adversário.

### 3.2. Rejeição do Prefeito e Principal Adversário

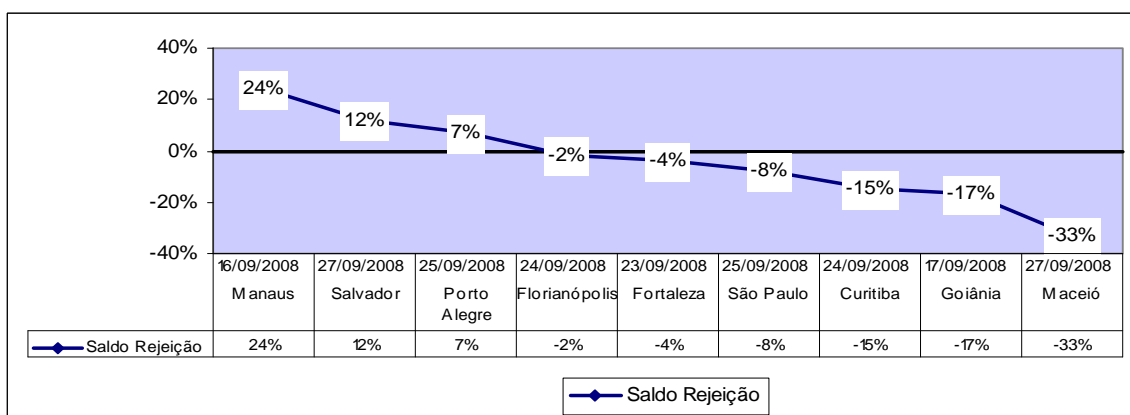
Sobre o grupo de prefeitos reeleitos no primeiro turno, constata-se que os mandatários de Curitiba, Maceió e Goiânia mais uma vez são os que apresentam os melhores desempenhos também no que se refere à imagem pessoal, pois os três possuem as mais baixas taxas de rejeição do conjunto nos dois momentos. Ademais são os que possuem mais vantagem no comparativo de sua taxa de rejeição com a do principal adversário (gráficos 2 ,3 e tabela 4).

Gráfico 2 – Saldo de rejeição em agosto



Fonte: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora

Gráfico 3 – Saldo de rejeição em setembro



Fonte: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora

**Tabela 4 – Rejeição ao prefeito, rejeição ao seu principal adversário e saldo de rejeição nas oitos capitais**

	Nome da capital	Rejeição Prefeito Agosto	Rejeição Adversário Agosto	Saldo Rejeição Agosto	Rejeição Prefeito Setembro	Rejeição Adversário Setembro	Saldo Rejeição Setembro
<b>Reeleitos Primeiro turno</b>	Curitiba	7%	20%	-13%	7%	22%	- 15%
	Maceió	6%	39%	- 33%	8%	41%	- 33%
	Goiânia	12%	33%	-11%	14%	31%	- 17%
	Fortaleza	23%	15%	8%	14%	18%	- 4%
<b>Reeleitos Segundo turno</b>	Florianópolis	29%	25%	4%	26%	28%	- 2%
	Porto Alegre	27%	18%	9%	23%	16%	7%
	São Paulo	27%	27%	0%	24%	32%	- 8%
	Salvador	39%	25%	14%	18 %	6%	12%
<b>Total</b>	reeleitos	17%	16%	1 %	16%	20%	-4%

FONTE: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora

O caso da prefeita de Fortaleza mais uma vez merece ser analisado separadamente. Luiziane iniciou a campanha com números que a aproximavam mais dos candidatos que poderiam ser reeleitos no segundo turno, mas ao longo do primeiro turno conseguiu avançar em todos os quesitos típicos da corrente de explicação do voto satisfacionista, aproximando-se dos desempenhos dos candidatos que venceram no primeiro turno e obtendo o mesmo resultado. A avaliação positiva com a gestão cresceu em 14 pontos no período analisado, o número de eleitores com avaliação positiva da administração e que votavam em Luiziane avançou atingindo o patamar de 80% e a rejeição da prefeita foi reduzida de 23% para 14%, enquanto a rejeição ao seu adversário subiu de 15 para 18% entre os eleitores.

Já o grupo de prefeitos reeleitos no segundo turno inicia a disputa com taxa de rejeição próxima de 27%, como é o caso do desempenho de Gilberto Kassab (São Paulo), José Fogaça (Porto Alegre) e Dário Berger (Florianópolis). No entanto, tal taxa chegava a 39% no caso de José Henrique, em Salvador. No decorrer do primeiro turno, os prefeitos de São Paulo e de Florianópolis reduziram a sua rejeição a ponto de chegarem a uma situação de vantagem em relação ao desempenho de seus principais adversários neste quesito em final de setembro. Já os prefeitos de Porto Alegre e de Salvador permaneceram com taxas de rejeição maiores do que as de seus principais desafiantes.

As próximas tabelas buscam identificar, primeiramente, o número de eleitores que rejeitavam o principal adversário do prefeito – definido aqui como aquele que obteve o

segundo lugar na disputa ao final do primeiro turno – e votavam na reeleição do mandatário em agosto e em setembro (Tabela 5).

**Tabela 5: Rejeição ao principal adversário X intenção de voto no prefeito**

		% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito Agosto	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam em outros Agosto	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito Setembro	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam em outros Setembro
<b>Reeleitos Primeiro turno</b>	Curitiba	97,6%	2,4%	98,4%	1,6%
	Maceió	97,6%	2,4%	96,4%	3,6%
	Goiânia	95,5%	4,5%	97,1%	2,9%
	Fortaleza	75,0%	25,0%	84,2%	15,8%
<b>Reeleitos Segundo turno</b>	Florianópolis	54,9%	45,1%	53,4%	46,6%
	Porto Alegre	71,2%	28,8%	60,7%	39,3
	São Paulo	20,1%	79,9%	43,8%	56,2%
	Salvador	18,6%	81,4%	20,0%	80,0%
<b>Total</b>	reeleitos	71,1%	28,9%	71,2%	28,8%

FONTE: Banco de dados Ibope - 2008. Dados tratados pela autora

Cabe notar que os prefeitos que conseguiram se reeleger ainda no primeiro turno foram mais capazes de angariar os eleitores que rejeitavam o seu principal adversário do que os demais.

José Henrique – prefeito de Salvador – encontrou dificuldades em conseguir votos entre aqueles que rejeitavam o seu principal adversário, como mostra a tabela anterior. No entanto, o candidato foi capaz de canalizar 60% das intenções de voto entre os eleitores que rejeitavam o candidato em terceiro lugar na disputa da capital da Bahia, Antônio Carlos Neto.

Nota-se que a correlação entre as duas variáveis – rejeição ao principal adversário e intenção de voto no mandatário – é mais fraca em todos os casos do que o cálculo da correlação entre avaliação positiva da gestão e voto no prefeito. Em Fortaleza, a rejeição ao principal adversário parece ter sido um pouco mais importante para a intenção de voto nos candidatos prefeitos do que nas demais cidades (Tabela 6).

**Tabela 6 – Teste de Correlação. Eleitores que rejeitam o principal adversário do prefeito X intenção de voto no prefeito**

		Agosto		Setembro	
		<i>Sig.</i>	<i>Spearman Correlation</i>	<i>Sig.</i>	<i>Spearman Correlation</i>
<b>Reeleitos</b> <b>Primeiro turno</b>	Curitiba	0,000	0,248	0,000	0,256
	Maceió	0,000	0,212	0,000	0,184
	Goiânia	0,000	0,226	0,000	0,272
	Fortaleza	0,000	0,379	0,000	0,335
<b>Reeleitos</b> <b>Segundo turno</b>	Florianópolis	0,000	0,281	0,000	0,146
	Porto Alegre	0,000	0,251	0,000	0,178
	São Paulo	0,000	0,193	0,000	0,204
	Salvador	0,909 (n.s)	-	0,000	-0,024
<b>Total</b>	reeleitos	0,000	0,272	0,000	0,230

FONTE: Banco de dados Ibope - 2008. Dados tratados pela autora

### 3.3. Capilaridade do candidato prefeito e tempo de propaganda de TV

Neste momento do estudo, deixamos para trás a ênfase no que estamos chamando de mecanismos internos utilizados pelo eleitor na decisão do voto. Ao identificarmos a correlação da satisfação com a gestão do prefeito, da taxa de sua rejeição e a da taxa de rejeição ao seu principal adversário com a intenção de voto no mandatário nas oito capitais estudadas, buscamos apresentar a nossa contribuição para a análise dos mecanismos internos da decisão. O uso de tais variáveis se explica pela tendência desta teoria, ao estudar os mecanismos internos, de buscar a fusão entre os princípios da teoria da racionalidade e da corrente psicológica do voto, nas quais satisfação com a gestão e imagem/rejeição dos candidatos ganham forte ênfase.

Agora, a fim de entendermos os mecanismos externos da decisão, ou seja, a configuração do jogo eleitoral, o nosso foco passa a ser a verificação do quanto os partidos dos prefeitos foram capazes de, através de coligações, aumentar a sua capilaridade e tempo de televisão no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), considerados aqui atributos capazes de denotar força para as candidaturas. E ainda, avaliar o peso de tais configurações do jogo na decisão do voto do eleitor pelo prefeito.

A partir dos dados descritivos apresentados na tabela 7, podemos verificar que os prefeitos com sua gestão bem avaliada no momento que antecede à campanha tendem a formar coligações mais fortes – que podem ser medidas pelo tamanho de sua

capilaridade – e dispõem de mais tempo de televisão. A capilaridade está sendo mensurada neste trabalho pela porcentagem de eleitos para a Câmara dos Vereadores em 2004 pelos partidos que fizeram parte da coligação para prefeito em 2008. Ou seja, a capilaridade da candidatura do prefeito está associada ao número de vereadores eleitos e, conseqüentemente, ao número de votos que os partidos desta coligação conseguiram levantar no pleito legislativo anterior.

Os prefeitos de Curitiba, Maceió e Goiânia – sendo muito bem avaliados no momento anterior ao pleito de 2008 – conseguiram fazer coligações que asseguraram desde o primeiro momento as mais altas taxas de capilaridade e mais tempo de horário eleitoral do que os seus pares, via coligações. Destaca-se, no entanto, que a prefeita de Fortaleza – também vencedora no primeiro turno – conseguiu 60,98% de taxa de capilaridade, a despeito de iniciar a disputa com 37% de avaliação positiva com sua gestão. Para esse caso havia ainda uma forte associação dos governos federal, estadual e local. Luiziane era do partido do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Obteve ainda, em decorrência da ampla aliança fechada com 12 partidos, 34% do tempo de televisão. Com esta articulação, Luiziane obteve praticamente o dobro de tempo de propaganda de TV de seus principais adversários Patrícia Saboya (PDT) e Moroni (DEM).

Entre os candidatos prefeitos que disputaram a reeleição no segundo turno, destacam-se os baixos desempenhos dos mandatários de Florianópolis e de São Paulo em conseguirem formar coligações de maneira mais ampla. No caso de São Paulo, é preciso ressaltar que os números oficiais não refletiam a realidade da disputa da prefeitura. No referido pleito, tal como vastamente noticiado na imprensa nacional, o governador José Serra (PSDB) agiu nos bastidores para alavancar apoio para a reeleição do prefeito, Gilberto Kassab (DEM), ainda que o PSDB tivesse um candidato próprio – Geraldo Alckmin. Os prefeitos de Porto Alegre e de Salvador contaram com aproximadamente 40% de capilaridade, demonstrando em ambos os casos relativa força na política local, que certamente foram acrescidas no segundo turno e indispensáveis para a superação e vitória dos mesmos.



**Tabela 7 – Avaliação positiva com a gestão, capilaridade e tempo de televisão na campanha do prefeito candidato**

	Capital	Avaliação positiva da administração	Nº de partidos coligação prefeito	Capilaridade (% do total)	Tempo de HGPE em segundos	% geral do total HGPE
<b>Reeleitos Primeiro turno</b>	Curitiba	77%	11	65,79%	706 s	37 %
	Maceió	76%	16	61,90%	565 s	30%
	Goiânia	74%	14	42,86%	739 s	40%
	Fortaleza	37%	12	60,98%	609s	34%
<b>Reeleitos Segundo turno</b>	Florianópolis	35%	8	12,50%	448s	24%
	Porto Alegre	38%	4	38,89%	393 s	20%
	São Paulo	32%	6	21,82%	524 s	27%
	Salvador	26%	9	39,02%	567s	30%
<b>Total</b>	reeleitos	69%	10 (média)	42,97% (média)	568,875 s (média)	30,25% (média)

FONTES: TSE e Banco de dados Ibope - 2008. Dados tratados pela autora

Ao analisarmos o conjunto das oito capitais, foi possível perceber que os testes de correlação mostraram-se estatisticamente significantes e com média associação entre a variável dependente “intenção de voto no prefeito” e a capilaridade do prefeito em agosto (*Sperman* 0,449, *sig* 0,000) e em setembro (*Sperman* 0,343, *sig* 0,000). Isto é, quanto maior a capilaridade da candidatura do mandatário em uma determinada capital, maior a taxa de intenção de voto no próprio candidato prefeito. O mesmo ocorreu com a variável “tempo de TV”, que ao ser submetida à análise de correlação, o teste mostrou-se estatisticamente significativo em agosto (*Sperman* 0,345, *sig* 0,000) e em setembro (*Sperman* 0,269, *sig* 0,000).

Para sistematizarmos o que foi discutido até agora, apresentamos a tabela abaixo em que podemos observar a correlação das cinco variáveis independentes em análise neste estudo com a intenção de voto no prefeito, no total das oito capitais em questão. Verifica-se que os vínculos mais fortes se dão entre a avaliação da administração e voto no prefeito, tanto em agosto (*Spearman* ,618, *sig* 0,000) quanto em setembro (*Spearman* 0, 517, *sig* 0,000). Na sequência, constata-se a forte correlação entre a capilaridade da coligação da candidatura do prefeito no momento inicial da disputa (*Spearman* 0, 449, *sig* 0,000) e a intenção de voto no mesmo.

**Tabela 8 – Testes de Correlação**  
**Variável dependente: Intenção de voto no prefeito**

<b>Variáveis independentes</b>	<b>Agosto correlação spearman</b>	<b>Sig</b>	<b>Setembro correlação spearman</b>	<b>Sig</b>
Avaliação da administração municipal	0,618	0,000	0,517	0,000
Rejeição ao prefeito	-0,429	0,000	-0,411	0,000
Rejeição ao principal adversário do prefeito	0,272	0,000	0,23	0,000
Capilaridade da coligação da candidatura do prefeito	0,449	0,000	0,343	0,000
Tempo de televisão da coligação do prefeito	0,345	0,000	0,269	0,000

FONTES: TSE e Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora.

Por fim, foram feitas regressões binárias para verificar até que ponto a intenção de voto no prefeito poderia ser explicada ou predita pelas variáveis em teste. As regressões foram obtidas dicotomizando as respostas e criando uma variável dependente “dummy”, no caso da variável intenção de voto no prefeito, voto no candidato prefeito, voto em outro.

Elaboramos a análise de regressão considerando no modelo o que estamos chamando de mecanismos internos e externos, abordando para isto as variáveis independentes já anteriormente trabalhadas nas correlações: avaliação da administração municipal (avaliação positiva ou avaliação negativa), rejeição ao prefeito (rejeita prefeito, não rejeita prefeito), rejeição ao principal adversário (rejeita principal adversário, não rejeita principal adversário), tamanho da capilaridade da candidatura do prefeito (% em relação ao total de candidaturas nos municípios e tempo de televisão destinado à candidatura do prefeito (% em relação ao total do tempo destinado às candidaturas). Neste caso, a análise contempla o grupo das oito capitais em foco. Registra-se que o modelo será aplicado para os dois momentos estudados: início de agosto e final de setembro. Constata-se que a regressão apresentou um bom ajuste dos dados ao modelo (*sig* de *Omnibus* para ambas as regressões de 0,000) nas duas situações.

A tabela a seguir apresenta a avaliação da administração municipal (*sig*. 0,000), a rejeição ao principal adversário (*sig*.0,000) e o tamanho da capilaridade da coligação do prefeito (*sig*. 0,000) eram capazes de explicar o voto no mandatário em início de agosto. E que as mesmas, e também a rejeição ao prefeito (*sig*.0,000) e o tempo de propaganda na televisão (*sig*.0,000), explicam o voto no mandatário em setembro. Avaliar positivamente a administração municipal aumentava em 20,43 vezes as chances de se votar no candidato prefeito em agosto e em 11,63 vezes de se adotar tal postura para o voto em setembro. Já rejeitar o principal adversário do prefeito aumentava em 0,88 vezes as chances de votar no mandatário em agosto e em 1,217 vezes em setembro. Agregar mais 1% o tamanho da capilaridade da coligação do prefeito em relação ao todo

das coligações em disputa no município aumentava em 0,049 vezes as chances de votar no prefeito em agosto e em 0,40 vezes, em setembro. Agregar 1% o tempo de televisão da coligação do candidato prefeito, aumentava em 0,017 vezes as chances de se votar no candidato prefeito em agosto e em 0,31 vezes, em setembro.

**Tabela 9 – Testes de Regressão Binária**  
**Variável dependente: Intenção de voto no prefeito**

		B	Sig.	Exp(B)	B	Sig.	Exp(B)
	Variáveis independentes	AGOSTO			SETEMBRO		
Step 1 <sup>a</sup>	Avaliação positiva da administração municipal	3,065	,000	21,435	2,536	,000	12,632
	Rejeição prefeito	-20,153	,991	,000	-3,283	,000	,038
	Rejeição principal adversário	,631	,000	1,880	,796	,000	2,217
	Capilaridade coligação do prefeito	,048	,000	1,049	,039	,000	1,040
	Tempo de HGPE prefeito	,017	,061	1,017	,030	,000	1,031
	Constant	-4,697	,000	,009	-4,034	,000	,018

FONTES: TSE e Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora.

\* \* \*

Neste capítulo buscamos analisar o voto na reeleição de prefeitos tendo como evidência oito capitais brasileiras – em que os mandatários foram reconduzidos ao cargo – na disputa municipal de 2008. Parte-se do pressuposto definido pela teoria institucional da escolha política (SNIDERMAN e LEVENDUSCKY, 2009), de acordo com o qual os eleitores elaboram suas escolhas a partir de um cardápio de opções. Decorre daí a necessidade de se focar em dois tipos de mecanismos explicativos para a tomada de decisão: a) um interno, que se refere à escolha feita pelo eleitor entre as alternativas oferecidas; b) outro externo, voltado para entender as alternativas que são apresentadas pelos partidos.

A fim de analisarmos o efeito dos mecanismos internos utilizados pelo eleitor na decisão do voto, buscamos identificar a correlação da intenção de voto no mandatário com a avaliação da administração municipal, a taxa de rejeição ao prefeito e a taxa de rejeição ao seu principal adversário nas oito capitais estudadas.

Já para estudarmos os mecanismos externos, isto é, sobre a configuração do jogo eleitoral, buscamos verificar como os partidos dos prefeitos foram capazes de formar coligações que lhes tenham proporcionado o aumento da capilaridade e do tempo de televisão no HGPE. Buscamos ainda identificar o peso de tais aspectos na decisão do voto no prefeito.

Os resultados apontam para a importância da configuração do jogo político na decisão do voto no prefeito. Quanto maior o tamanho da capilaridade da coligação do prefeito e do tempo de propaganda na televisão que ele dispõe, maiores são as chances dos eleitores votarem pela sua reeleição. Verifica-se ainda que a variável tamanho da capilaridade da coligação do prefeito em agosto (*Spearman* 0,449) apresenta uma das mais altas taxas de correlação com a intenção de voto no mandatário dentre os aspectos analisados, sendo superada apenas pela força da correlação do voto no prefeito com a avaliação positiva da administração (*Spearman* 0,618, em agosto; e *Spearman* 0,517, em setembro).

Constata-se que os prefeitos de capitais que conseguiram reunir em torno de sua candidatura coligações com mais capilaridade e mais tempo de propaganda em televisão foram aqueles que conseguiram se reeleger ainda no primeiro turno. Os prefeitos de Curitiba, Maceió, Fortaleza e Goiânia foram aqueles que reuniram ao seu redor coligações com maiores taxas de capilaridade em seus municípios: 65,79%, 61,90%, 60,98% e 42,86% respectivamente. Foram também estes que conseguiram obter – via

suas coligações – as maiores porcentagens de tempo de televisão para a divulgação de suas propagandas: Goiânia (40%), Curitiba (37%), Fortaleza (34%) e Maceió (30%).

O teste da regressão binária veio confirmar a importância da configuração do jogo político na decisão do voto no prefeito. Constatou-se que, a cada 1% de aumento do tamanho da capilaridade da coligação do mandatário em relação ao todo das coligações em disputa no município aumentava em 0,049 vezes as chances de se votar no prefeito. Neste mesmo sentido, verificou-se que a cada 1% de aumento do tempo de televisão por parte da coligação do candidato prefeito na disputa no município, aumentava em 0,017 vezes as chances de se votar no candidato prefeito.

Sobre o efeito dos mecanismos internos, verifica-se a partir dos testes que há correlação estatisticamente significativa entre a intenção de voto no prefeito e a avaliação da administração municipal em agosto (0,618) e em setembro (*Spearman* 0,517), a taxa de rejeição ao prefeito em agosto (*Spearman* -0,429) e setembro (*Spearman* -0,411) e a rejeição ao seu principal adversário em agosto (*Spearman* 0,272) e setembro (*Spearman* 0,130) nas oito capitais estudadas. Destaca-se a força da correlação entre avaliação positiva da administração e intenção de voto no prefeito. A importância desta variável é reiterada mediante os resultados da regressão binária, que apontam que avaliar positivamente a administração municipal aumentava em 20,43 vezes as chances de se votar no candidato prefeito em agosto e em 11,63 vezes de se adotar tal postura para o voto em setembro.

## Capítulo 4

### Eleição municipal em Manaus 2008: o caso da não reeleição<sup>11</sup>

Neste capítulo tentaremos compreender quais variáveis ajudariam a explicar o caso da não reeleição do prefeito de Manaus. Para tanto, primeiramente analisaremos o eleitorado manauara, o jogo político e o cenário envolvidos naquele pleito. Na sequência, a intenção é abordar os principais argumentos das duas principais campanhas veiculadas em suas propagandas eleitorais. Para esta parte, serão analisados *spots* das campanhas de Serafim Corrêa (PSB-AM) e Amazonino Mendes (PTB-AM), bem como o debate televisivo promovido pela Rede Globo TV Amazonas no dia 24 de outubro de 2008.<sup>12</sup> A seguir, busca-se testar o modelo proposto, a fim de verificar se a derrota do mandatário pode ser explicada ou não pelas variáveis do mesmo.

#### 4.1. O eleitorado de Manaus

Para entender a disputa municipal, começamos por identificar quem eram os eleitores de Manaus. Interessa-nos constatar se há alguma particularidade neste grupo que o distingue do eleitorado brasileiro e que possa ser considerado na análise da disputa.

Na eleição de 2008, o eleitorado da cidade de Manaus era formado por cerca de 1.054.460 eleitores. Dentre estes, 47,6% eram homens e 52,38%, mulheres. Distribuição bastante semelhante àquela do eleitorado brasileiro, em que 51,8% são de mulheres. A distribuição entre eleitores mais jovens (16 a 34 anos) e aqueles mais maduros (com 35 anos ou mais) era quase simétrica – o primeiro grupo contava com 51,39% do eleitorado e o segundo, com 48,61%. (vide tabela 10).<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> Este capítulo apresenta parte dos resultados de pesquisa sobre a disputa em 2008 em Manaus elaborada por Veiga, Camargo e Avi dos Santos. Outro produto desta pesquisa é capítulo do livro *Como o Eleitor Escolhe Seu Prefeito: Campanha e voto nas eleições municipais*, organizado por Antonio Lavareda e Helcimara Telles, lançado em 2011 pela editora FGV.

<sup>12</sup> É importante dizer não foi possível ter acesso às gravações dos programas veiculados pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral do candidato Serafim Corrêa, o que justifica a opção pelas análises dos *spots* e do debate televisivo.

<sup>13</sup> Informações acessadas no site do TSE em 14 de junho de 2010.

**Tabela 10 - Estatística do Eleitorado de Manaus por Sexo e Faixa Etária**

Faixa Etária	Masculino (M)	M / T %	Feminino (F)	F/T %	N/T %	Total (T)	T/TT %
16 anos	2.370	48.31	2.536	51.69	0	4.906	0.47
17 anos	6.722	49.1	6.969	50.9	0	13.691	1.3
18 a 20 anos	38.728	48.62	40.919	51.38	0	79.647	7.55
21 a 24 anos	62.431	48.08	67.406	51.92	0	129.837	12.31
25 a 34 anos	148.665	47.38	165.093	52.62	0	313.764	29.76
35 a 44 anos	106.637	47.85	116.163	52.13	0.02	222.847	21.13
45 a 59 anos	93.264	47.36	103.601	52.61	0.03	196.928	18.68
60 a 69 anos	24.216	46.41	27.948	53.56	0.03	52.181	4.95
70 a 79 anos	11.619	44.73	14.349	55.24	0.03	25.975	2.46
+ de 79 anos	7.280	49.59	7.390	50.34	0.06	14.679	1.39
Inválida	1	20	4	80	0	5	0
<b>TOTAL</b>	<b>501.933</b>	<b>47.6</b>	<b>552.378</b>	<b>52.38</b>	<b>0.01</b>	<b>1.054.460</b>	

FONTE TSE: [http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes/distr\\_etaria\\_blank](http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes/distr_etaria_blank) . M/T: Masculino, % total; F/T: Feminino, % total; N/T : Não Informado, % total; T/TT: Percentual Total /Total. Dados tratados pela autora.

De acordo com a tabela 11, apresentada abaixo, relativa à escolaridade, 57,33% possuíam o primeiro grau completo ou menos e 42,67% tinham o segundo grau incompleto ou mais. No eleitorado brasileiro, este segundo grupo soma 36,29%.

Assim, constata-se que o perfil do eleitor em Manaus é muito próximo do nacional e, portanto não há no eleitorado do município qualquer diferencial em relação ao restante do Brasil, portanto esta não é uma variável que pode explicar a não eleição de Serafim Correa (PSB/AM).

**Tabela 11 - Estatística do Eleitorado de Manaus por Sexo e Grau de Instrução**

Grau de Instrução	Masculino (M)	%M/T	Feminino (F)	%F/T	%N/T	Total (T)	%T/TT
Não Informado	49	48.04	45	44.12	7.84	102	0.01
Analfabeto	9.021	44.26	11.354	55.71	0.02	20.380	1.93
Lê e escreve	48.161	47.99	52.174	51.99	0.02	100.358	9.52
Primeiro Grau Incompleto	196.435	49.87	197.413	50.12	0.01	393.896	37.36
Primeiro Grau Completo	45.389	50.58	44.320	49.39	0.03	89.734	8.51
Segundo Grau Incompleto	103.297	45.43	124.084	54.57	0.01	227.394	21.56
Segundo Grau Completo	75.557	44.05	95.929	55.93	0.01	171.511	16.27
Superior Incompleto	11.796	46.89	13.360	53.11	0	25.157	2.39
Superior Completo	12.228	47.16	13.699	52.83	0	25.928	2.46
<b>TOTAL (TT)</b>	<b>501.933</b>	<b>47.6</b>	<b>552.378</b>	<b>52.38</b>	<b>.01</b>	<b>1.054.460</b>	<b>99.99</b>

FONTE TSE: M/T: Masculino, % total; F/T: Feminino, % total; T/TT: Percentual Total /Total. Dados tratados pela autora.

Sobre o comportamento do voto, podemos afirmar que os eleitores possuem uma tendência governista em relação ao poder estadual. Em apenas dois momentos, elegeram para prefeito de Manaus um político distinto do grupo do governador, como se verá a seguir. O primeiro momento, aconteceu com a eleição de Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) em 1988; o segundo, dezesseis anos mais tarde, com a vitória de Serafim Corrêa (PSB-AM) em 2004.

## 4.2. Os candidatos de Manaus

A disputa pelo poder municipal em 2008 se deu entre seis candidatos: Amazonino Mendes (PTB-AM), Serafim Corrêa (PSB-AM), Omar Aziz (PMN-AM), Francisco Praciano (PT-AM), Luiz Manoel Navarro (PCB-AM) e José Ricardo Bessa Freire (PSOL-AM). Ao final do primeiro turno, como nos mostra a próxima tabela, Amazonino obteve 46,21% dos votos válidos e Serafim Corrêa 23%, definindo assim os candidatos em disputa para o segundo turno. Expressivas também foram as votações de Omar Aziz (17,56%) e de Praciano (12,80%).

**Tabela 12 – Resultado eleição municipal – 2008 Manaus (1º turno)**

Candidatos	Partido	Votos	% de votos válidos
Amazonino Armando Mendes	PTB	402.717	46,21
Serafim Fernandes Corrêa	PSB	200.423	23,00
Omar Jose Abdel Aziz	PMN	153.071	17,56
Francisco Ednaldo Praciano	PT	111.536	12,80
Luiz Manoel Navarro	PCB	2.051	0,24
João Ricardo Bessa Freire	PSOL	1.730	0,20
Votos Brancos		13.252	1,44
Votos Nulos		34.128	3,71
Abstenção		137.369	13,01
<b>Total de Eleitores:</b>			<b>1.056.277</b>

FONTE: TSE. Disponível em < <http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes>>. Acesso em 14/07/2010.

A partir das curvas de intenção de voto nos principais candidatos é possível verificar que Serafim Corrêa (PSB-AM) obteve um desempenho muito positivo no decorrer do primeiro turno, saindo do patamar de 8,3% de intenção de voto em 10 de agosto de 2008 para alcançar 23,1% dos votos válidos na votação do dia 05 de outubro, superando o candidato Omar Aziz (PMN), que iniciara a competição eleitoral em segundo lugar na intenção de voto. Serafim conseguiu ainda adiar a decisão para o segundo turno, que, no início de agosto, parecia que seria finalizada ainda na primeira



rodada, com a vitória de Amazonino Mendes (PTB). Por sua vez, Amazonino tinha 58% dos votos válidos em 14 de agosto, de acordo com pesquisa Ibope e venceu a disputa no segundo turno com 57% dos votos. Nota-se, no entanto, uma queda de aproximadamente 12 pontos na intenção de voto em Amazonino, no decorrer do primeiro turno, que coincide com o momento de ascensão de Serafim Correa. Alinhada com as tendências de intenção de voto, ainda ao longo do referido período, destaca-se a queda da avaliação negativa da administração do então prefeito de aproximadamente 50% para 30%.

A disputa apresentava três candidatos supostamente muito próximos do eleitorado: Amazonino Mendes (PTB-AM), por duas vezes prefeito da capital e governador do estado, o então prefeito Serafim Corrêa (PSB- AM), e o vice-governador Omar Aziz (PMN-AM). Amazonino Mendes (PTB-AM) era o candidato mais conhecido entre os manauaras: 58% diziam o conhecer bem, enquanto 33,9% faziam essa afirmativa em relação a Serafim Corrêa (PSB-AM) e 23,8% falavam o mesmo de Omar Aziz. Também era Amazonino o que despertava mais confiança entre os eleitores (69,6% argumentavam que confiavam nele), seguido por Omar Aziz (39,2%) e Serafim Corrêa, que despertava a credibilidade em apenas 18,8% dos eleitores da cidade. A falta de confiança no prefeito afetava a expectativa em relação ao seu desempenho futuro caso continuasse no cargo. Apenas 19,3% acreditavam que o mandatário seria um bom prefeito para Manaus caso continuasse no poder, 46,2% tinham tal expectativa em relação a Omar Aziz e 77,4% vislumbravam tal cenário positivo com uma futura administração de Amazonino (ver tabela 12).

A força da imagem de Amazonino Mendes em 2008 e a fragilidade da imagem do prefeito no momento inicial da disputa ajudam a explicar o resultado do pleito de em Manaus. Para entender o desempenho do prefeito – como já mencionado, diferente de outros prefeitos de capitais na disputa – é preciso não perder a dimensão da força de seu adversário em 2008. VEIGA et alli (2010), ao estudarem o desempenho dos prefeitos naquele ano em nove capitais, chamam a atenção para a recorrência com que os mandatários – assim como aconteceu com Serafim – precisaram superar baixos índices de avaliação positiva de sua administração e alta taxa de rejeição de sua imagem no decorrer do primeiro turno. Os números referentes ao candidato prefeito em Salvador, Luiz Henrique (PMDB), no que tange às variáveis acima, eram muito semelhantes aos de Serafim, no entanto, na capital da Bahia, o prefeito terminou por vencer a disputa. Entender o jogo político é essencial para explicar o caso.

### 4.3. O jogo político na capital amazonense

A imagem de Amazonino apresentada ao longo da disputa em 2008 não pode ser entendida sem que se aborde a história política eleitoral de Manaus. Para melhor ilustrar o jogo político presente tanto no Estado do Amazonas quanto na sua capital elaboramos o quadro a seguir.

**Quadro 3 – Forças Políticas no Amazonas**

<b>Governo do Estado do Amazonas</b>	<b>Prefeitura de Manaus</b>
1959 a 1963 – Gilberto Mestrinho – PTB	1956 a 1958 – Gilberto Mestrinho – PTB (Nomeado pelo Governador Plínio Coelho – PTB)
1983 a 1987 – Gilberto Mestrinho - PMDB	1983 a 1986 – Amazonino Mendes - PMDB (Nomeado pelo amigo e empresário Gilberto Mestrinho - PMDB)
1987 a 1991 – Amazonino Mendes - PMDB  (Amazonino, ao ser indicado por Mestrinho (PMDB) para concorrer ao governo do Estado do Amazonas, acaba por deixar insatisfeito o núcleo duro do PMDB – destacando-se o descontentamento de Arthur Virgílio Neto (PMDB), que rompe com o partido e filia-se ao PSB e, logo após eleito, migra para o PSDB, partido do qual é um dos fundadores.)	1986 a 1988 – Manoel H. Ribeiro -PMDB (Ex-vice governador de Mestrinho em 1983. Em junho de 1988, o prefeito foi afastado devido a uma intervenção decretada pelo então Governador Amazonino Mendes (PMDB), que nomeou para o cargo Alfredo Pereira do Nascimento - PR) 1988 a 1988 – Alfredo Pereira do Nascimento - PR (Assumiu como interventor, indicado por Amazonino.)
1991 a 1995 – Gilberto Mestrinho (PMDB)	1989 a 1992 – Arthur Virgílio Neto (PSB) 1993 a 1994 Amazonino Mendes (PPB) (Renuncia para sair candidato para o governo do estado e deixa o cargo para o seu vice)
1995 a 2003 – Amazonino Mendes (PPB)	1995 a 1996 – Assume o vice de Amazonino, Carlos Eduardo Braga - PMDB (Ex-vereador, deputado estadual e deputado federal, empresário)
2003 a 2010 – Carlos Eduardo Braga (PMDB)	1997 a 2004 – Alfredo Nascimento – PR (Eleito em 1996 e reeleito em 2002 renunciou ao cargo para concorrer à eleição de 2004) 2004 a 2004 – Luis Alberto Carijó – PP Amazonino versus Serafim (2004) 2005 a 2008 – Serafim Corrêa - PSB
2010 a 2010 – Omar Oziz (PMN)	Amazonino versus Serafim (2008) 2009 a 2012 – Amazonino (PTB)

FONTE: elaborado pela autora a partir de informações consultadas em várias fontes, como por exemplo: <http://www.manaus.am.gov.br/prefeito/>, <http://portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=341>

Quem passa a conhecer um pouco a política do estado do Amazonas logo percebe que a eleição não poderia ter sido mesmo fácil para o então prefeito, na medida em que, como principal adversário, ele tinha um ícone do grupo político hegemônico no

estado, criado a partir de 1982, sob a liderança de Gilberto Mestrinho (na ocasião, pertencente ao PMDB-AM).

A história de Mestrinho começa antes da redemocratização. Mestrinho (PTB-AM) já fora prefeito de Manaus, entre os anos de 1956 a 1958, nomeado pelo então governador Plínio Coelho, e governador do estado do Amazonas de 1959 a 1963. Durante o período da ditadura militar não exerceu cargo eletivo, retornando, no entanto, em 1982, na primeira eleição para governador de estado após o regime, para vencer a disputa e deixar seu legado no Amazonas.

Com a indicação partidária e apoio do eleitorado de Gilberto Mestrinho, Amazonino Mendes (PMDB-AM) venceu a disputa para o Executivo do Amazonas em 1986 e passou a revezar o cargo de Governador de Estado com seu antecessor, por 21 anos. De 1982 a 2003, Mestrinho foi governador por dois mandatos e Amazonino, por três.

Foi Gilberto Mestrinho que introduziu Amazonino Mendes na política, tal como este último reconheceu em ocasião de sua vitória em 2008, pouco tempo após o falecimento do primeiro. Tem-se assim, a prática tão recorrente na política, em que um mandatário experiente e bem avaliado pela população indica um novo político a quem repassa o seu prestígio a fim de que possa revezar e dividir o seu poder.

Porém, na disputa de 2002, a relação entre os dois já tradicionais políticos do estado fica estremecida. Amazonino (PPB-AM), ao invés de apoiar Mestrinho (PMDB-AM) para a disputa estadual – e seguir a tendência de revezamento – termina por apoiar Eduardo Braga (PPB-AM), que acabou concorrendo e vencendo o mesmo. No entanto, a despeito de fragmentações temporárias internas ao grupo, o mesmo se manteve no poder do estado, dominando o governo, ainda hoje, por 28 anos ininterruptos. Isto porque, em 2003, o governo do estado do Amazonas foi ocupado por Eduardo Braga, que permaneceu no cargo após a sua reeleição em 2006. Em 2010, Eduardo Braga deixa o cargo para seu vice, Osmar Aziz (PMN), para se candidatar a Senador naquele mesmo ano. A hegemonia do grupo no governo do Amazonas também se refletiu nas disputas para a prefeitura de Manaus.

É relevante lembrar que de 1982 aos dias atuais, em apenas dois momentos o prefeito eleito em Manaus não pertenceu ao grupo identificado aqui como hegemônico. A primeira ocasião foi quando Arthur Virgílio Neto (PSB-AM) venceu a eleição em 1988 e administrou a cidade de 1989 a 1993. A eleição de Arthur Virgílio (PSB-AM) para a prefeitura de Manaus refletiu a força de um movimento criado ainda na disputa para o Governo do Estado em 1986 quando o mesmo, enquanto candidato ao Executivo Estadual, e Serafim Corrêa (PSB-AM), então seu vice, buscavam apresentar para a

população amazonense um bloco político alternativo e mais à esquerda. Diante da forte tendência governista presente no eleitorado do estado do Amazonas, Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) não conseguiu se eleger governador em 1986, mas chegou à prefeitura no pleito de 1988. Já em 1992, Amazonino Mendes (PPB-AM) voltou ocupar o Executivo Municipal, evitando qualquer consolidação de grupo alternativo na capital.

A segunda ocasião foi em 2004, com a vitória de Serafim Corrêa (PSB-AM) sobre Amazonino Mendes (PFL-AM). Neste momento, o grupo de Amazonino Mendes estava enfraquecido, sem a adesão de Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) – em decorrência do desgaste causado entre ambos na disputa de 2002 para o Governo do Estado. E ainda, o Governador Eduardo Braga – que já herdara de Amazonino a prefeitura entre 95 e 96 e o governo do estado em 2002, mas que também já tivera Serafim como candidato a vice na disputa para o Executivo Estadual em 1998 – optou por não se engajar na disputa municipal. Também sem o apoio do governo federal, Amazonino contou apenas com a adesão do prefeito Alberto Carijó (PFL-AM). Já Serafim Corrêa (PSB-AM) contava com o apoio do Presidente Lula e do senador Jefferson Peres (PDT-AM), que agregavam seriedade à sua imagem. Ou seja, não se viu naquele pleito o desequilíbrio de forças – e da máquina estadual – a favor de Amazonino, como de costume.

No entanto, ainda assim, até o final do primeiro turno da disputa em 2004, os resultados de pesquisa IBOPE realizada em 30 de setembro apontavam para a vitória de Amazonino Mendes (PFL-AM) no primeiro turno, com 53% dos votos válidos, enquanto Serafim (PSB-AM) contava com 23%. Nestas pesquisas, não havia sinais de uma possível derrota de Amazonino em 2004. O prefeito Alberto Carijó (PFL-AM) contava com baixa taxa de avaliação negativa de sua gestão.

Havia, no entanto, muitas denúncias permeando o ambiente eleitoral. A mais grave relacionava-se ao vice-governador Osmar Aziz (PMN-AM), denunciado, em 2004, pelo crime de abuso e exploração sexual de crianças, na CPI da Exploração Sexual de menores. A comissão mostrou relatórios que indicavam que Aziz também era cliente de uma rede de prostituição de adolescentes. No entanto, na última sessão da CPI, os deputados e senadores resolveram – por oito votos a sete – excluir do relatório final o nome do vice-governador do Amazonas, Omar Aziz.<sup>14</sup> O próprio candidato Amazonino respondia por denúncias de compra de voto em 1998. O grupo hegemônico aparecia dividido e enfraquecido pelas denúncias.

Na reta final da campanha, uma estratégia de comunicação baseada em uma acusação contra Serafim Corrêa (PSB-AM), por ter sido percebida pelos eleitores como falsa, teria acabado por beneficiá-lo. Através de um programa de televisão, um vereador

---

<sup>14</sup> Coluna André Petry, Revista *Veja*, Edição 1863. 21 de julho de 2004.

eleito pelo então PFL, apresentou uma médica acusando Serafim Correa de ser o pai de um filho seu, de recusar-se a reconhecer a paternidade e de ameaçá-la de morte. No entanto, a estratégia foi vista pela população como uma inverdade, na medida em que, tal como foi apurado, a médica já fizera a mesma acusação em relação a um ex-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que a teria sequestrado e submetido a um aborto. Amigos e parentes da médica também não confirmaram a gravidez. Por fim, a estratégia foi creditada à volta de Egberto Baptista à campanha de Amazonino Mendes (PFL-AM). Foi Egberto que, em 1989, apresentou ao Brasil o caso Lurian, filha supostamente não reconhecida de Lula com Miriam Cordeiro. O candidato passou a ser visto como injustiçado e perseguido pelo grupo de Amazonino.

A eleição de 2004 foi, portanto, uma eleição muito disputada e Serafim terminou por vencê-la, com uma diferença de apenas vinte e cinco mil votos sobre o eleitorado de Amazonino.

A partir do levantamento dos resultados de eleições no Amazonas e em Manaus, podemos concluir que o fato de Manaus ser a única capital onde o prefeito não foi eleito, no caso uma exceção, apenas se aplica na comparação do desempenho de Serafim (PSB-AM) com os demais prefeitos de capitais do país em 2008, mas não é compatível com a realidade da capital amazonense. Pois, com foco no histórico aqui apresentado, a sua não reeleição em 2008 foi a regra pré-definida pela presença do grupo hegemônico e a exceção teria sido a sua vitória em 2004.

A pergunta que se coloca é por que Serafim Corrêa chegou ao final de seu mandato com o seu desempenho junto à prefeitura e sua imagem tão mal avaliados. Entender o que aconteceu ao longo dos quatro anos de mandato do prefeito do PSB é fundamental para esclarecer sua derrota em 2008, dado que o seu desempenho no período eleitoral não foi ruim. Afinal, ele conseguiu elevar a taxa de satisfação com a prefeitura e reduzir a rejeição a sua imagem de maneira significativa, como será visto mais adiante.

Serafim Corrêa contou desde o início de sua administração com uma forte oposição da opinião pública, como se pode imaginar em uma situação em que o político vence uma disputa majoritária, no segundo turno, com apenas 20 mil votos de vantagem sobre seu único adversário, em um reduto que reúne mais de um milhão de eleitores. Na Câmara dos Vereadores, a divisão de forças advinda das urnas também era desfavorável ao Prefeito. Naquele pleito, a coligação encabeçada por Serafim Corrêa – PSB e PDT – elegeu apenas 03 das 37 cadeiras na Câmara dos Vereadores. A coligação liderada por Amazonino – PP, PTB, PMDB, PSL, PTN, PSC, PPS, PFL, PAN, PSDC, PHS, PMN, PTC, PRP, PRONA – elegeu 24 dos 37 legisladores municipais.

Serafim ainda enfrentou ao longo dos quatro anos de sua administração forte oposição da imprensa e em particular do programa “Canal Livre” (programa televisivo muito popular no Amazonas voltado para a classe baixa), sob o comando dos irmãos Wallace Souza (PP-AM), deputado estadual, e Carlos Souza (PP-AM), deputado federal. As adversidades do jogo político ajudaram a explicar como Serafim chegou às vésperas da disputa de 2008 com baixa avaliação positiva e alta taxa de rejeição. Para exemplificar citamos abaixo um trecho da entrevista concedida por Serafim Corrêa ao site da UOL em 25/08/2008, em que o candidato tenta explicar a taxa de rejeição de 65% quando questionado pelo repórter:

Dois fatos. Primeiro eu tenho um adversário que historicamente tem 40% dos votos. Esse eleitorado a favor dele é contra mim. Segundo que, durante três anos e meio, fui vítima de programas populistas de televisão que me atacaram, me difamaram, enfim, lançaram sobre as costas do prefeito todas as dificuldades da cidade. Agora que começou o horário eleitoral é a hora de mostrarmos tudo o que fizemos e pedirmos a avaliação serena e tranqüila do eleitorado. (Serafim Correa – 25/08/2008 em entrevista a UOL,<sup>15</sup> ao explicar a taxa de rejeição de 65%)

A postura oposicionista do deputado Carlos Souza (PP-AM) influenciou a gestão de Serafim e o processo eleitoral de 2008 para além do efeito direto sobre a população enquanto apresentador de televisão. Ao longo da gestão, o partido do deputado do PP contava com seis vereadores na Câmara dos Vereadores de Manaus. Ainda em termos de capital político, Carlos Souza foi o deputado federal mais bem votado na história do Amazonas, com 10,57% dos votos válidos em 2008. Por tudo isto, Carlos Souza foi se credenciando nos últimos anos como uma nova liderança política no estado e, em 2008, compôs a chapa de Amazonino (PTB-AM) como candidato a vice-prefeito.

O pleito de 2008 ocorreu entre quatro grupos políticos no primeiro turno que, posteriormente, passaram por um processo de afunilamento, em que dois grupos bem distintos concorreram no segundo turno. Inicialmente, o grupo original de Gilberto Mestrinho se dividiu entre a candidatura de Amazonino (PTB-AM) – com a adesão de Carlos Souza (PP-AM) e seu grupo político – e a de Omar Aziz (PMN), tendo essa última contado com o apoio do governador Eduardo Braga (PTB-AM) e do ministro dos transportes Alfredo Nascimento. Já o grupo alternativo se dividiu entre a candidatura do petista Praciano (PT-AM) e a candidatura do prefeito Serafim Corrêa (PSB-AM), apoiado pelos Senadores Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) e Jefferson Peres (PDT-AM). Ao final

---

<sup>15</sup> Disponível em <<http://eleicoes.uol.com.br/2008/ultnot/manaus/2008/08/25/ult6017u46.jhtm>>. Acesso em 10/07/2010.

do primeiro turno, Amazonino liderou a disputa com 46% de votos, seguido por Serafim com 23 %, Omar Aziz com 18 % e Praciano com 13%.

Já no segundo turno, o grupo original de Mestrinho voltou a se unir em torno da candidatura de Amazonino, estando o candidato Omar Aziz, o governador Eduardo Braga e o ministro Alfredo Nascimento juntos na campanha. Já a campanha de Serafim encontrou resistência na adesão de Praciano, pois o diretório municipal do PT se mostrou favorável à adesão do partido à candidatura de Serafim, mas postura diferente foi apresentada pelo diretório estadual. Ainda assim, cabe mencionar o crescimento da candidatura do PSB que subiu de 23% ao final do primeiro turno para 42,83 % no segundo turno.

#### **4.4. As estratégias da retórica em Manaus**

No quadro a seguir, apresentamos as estratégias discursivas predominantes, das campanhas de Serafim Corrêa (PSB-AM) e Amazonino Mendes (PTB-AM), tomando como norte para a análise o modelo proposto por FIGUEIREDO et alli (2000), para quem a estrutura de discurso de uma campanha tem quatro grandes eixos: descrição do mundo atual, do mundo futuro, das propostas de governo e, por fim, a apresentação de garantias. Os quatro tópicos sugeridos por Figueiredo serão desenvolvidos na sequência, com a inserção ainda de uma descrição do mundo passado, referindo-se aos governos do ex-mandatário e então principal desafiante de Serafim Corrêa, Amazonino Mendes. Para a construção das estratégias discursivas foram utilizados *spots* (inserções) veiculados pelas campanhas dos dois candidatos no decorrer do período eleitoral e o debate televisivo veiculado no segundo turno na cidade de Manaus pela afiliada da rede Globo TV Amazonas no dia 24 de outubro de 2008.

De acordo com a estratégia discursiva de Amazonino Mendes (PTB-AM), a administração de Serafim (PSB-AM) era lenta e incompetente, por isso a situação de Manaus estava tão ruim e precisava de mudança urgente. O ex-prefeito e ex-governador criticava o candidato à reeleição por ter se descuidado de áreas fundamentais como o transporte público – o sistema teria se tornado obsoleto no decorrer dos quatro anos, com 21% da frota envelhecida – e o investimento na pavimentação das ruas. Tais insuficiências teriam repercutido no trânsito da cidade, o tornando caótico devido aos grandes congestionamentos. Focava ainda no tema saúde, mais especificamente, na saúde da mulher, alegando que Serafim Corrêa:

[...] não fez, apenas concluiu uma maternidade que estava em andamento. E mais, fechou uma para abrir outra. Na maternidade que o ilustre prefeito disse que fez, o senhor apenas esqueceu de fazer o mais importante: a UTI materna.

(Amazonino Mendes PTB-AM, Debate Eleitoral da Rede Globo, Bloco 1, resposta)

[...] é ridículo imaginar que uma maternidade onde as mulheres vão ter seus filhos dispense uma UTI. Não ter UTI é risco de vida.

(idem, Bloco 1, tréplica, Debate Eleitoral da Rede Globo – 24/10/2008).

**Quadro 4 – Estratégias discursivas: Serafim X Amazonino**

<b>Serafim</b>	<b>Amazonino</b>
<p><b>Mundo Atual:</b> Avaliado como positivo, afinal o prefeito teria conseguido entregar importantes realizações para a população a despeito de ter recebido de herança do administrador anterior 54 milhões e contas de pagamento dos funcionários públicos atrasadas.</p> <p><b>Realizações:</b> Nas áreas da saúde (construção da maternidade Moura Tapajós, do primeiro CEO - Centro Odontológico Gratuito), do transporte (projeto Passa Fácil, a Integração Temporal), da assistência social (criação e investimento em Complexo André Araújo para crianças especiais, Programa Prato Fácil, cursos profissionalizantes no CRAS (Centros de Referência da Assistência Social), Manaus Fácil, primeira creche municipal), da educação (500 novas salas de aulas), e ainda mais realizações em obras do Parque dos Bilhares, Viaduto do Recife, duplicação da Avenida Maceió, conclusão de 11 reservatórios para resolver o problema da água, entre outras.</p> <p><b>Jingle da campanha:</b> “A cidade está assim (referindo-se a muitas) de obra com Sarafa”</p>	<p><b>Mundo Atual:</b> A situação em Manaus está muito ruim. Daí o lema: “Manaus urgente”.</p> <p><b>Trânsito e transporte:</b> Os congestionamentos paralisariam Manaus, as vias estariam em péssimo estado de conservação.</p>
<p><b>Mundo passado: Privatização da companhia de água sem adequada utilização dos recursos.</b> Serafim Corrêa argumentava que Amazonino vendera a concessão da COSAMA (Companhia de Saneamento do Amazonas) e não aplicara o dinheiro onde deveria.</p>	<p><b>Mundo passado: Administrações de Amazonino teriam sido marcadas por mais realizações do que a gestão de Serafim. Entre elas:</b> Pronto Socorro João Lúcio, Pronto Socorro Infantil Joãozinho, Pronto Socorro Criança Zona Oeste, Pronto Socorro Criança Zona Sul e Centro de Atenção a Melhor Idade. Mais três hospitais, um pronto socorro, UTI, quatro maternidades, 27 centros de saúde, e mais parques, urbanização de bairros.</p>
<p><b>Mundo Futuro: Vai ficar ainda melhor</b> com a construção de mais oito creches, ampliação do atendimento no Centro André Araújo, distribuição de bolsas de estudos nas universidades particulares</p>	<p><b>Mundo Futuro: Voltará a ficar bom.</b> Com a criação de farmácia popular nos bairros, mais distribuição gratuita de medicamentos, implantação dos programas saúde da mulher e saúde do jovem, distribuição de uniforme (“fardamento”) e material escolar de qualidade, operação faxina (retirada de lixo da rua), mais vitamina e nutrientes na merenda escolar, operação tapa buracos, volta de mais segurança, volta da formação profissional.</p>
<p><b>Garantia:</b> Suas realizações ao longo dos quatro anos frente à prefeitura de Manaus. Seriedade.</p>	<p><b>Garantia:</b> As realizações de Amazonino enquanto Prefeito de Manaus e de Governador do Estado do Amazonas. O vice Carlos Sousa. O histórico de trabalho.</p>

Fonte: HGPE, debates e spots – Amazonino Mendes e Serafim Corrêa.



De acordo com a estratégia discursiva de Amazonino Mendes (PTB-AM), a administração de Serafim (PSB-AM) era lenta e incompetente, por isso a situação de Manaus estava tão ruim e precisava de mudança urgente. O ex-prefeito e ex-governador criticava o candidato à reeleição por ter se descuidado de áreas fundamentais como o transporte público – o sistema teria se tornado obsoleto no decorrer dos quatro anos, com 21% da frota envelhecida – e o investimento na pavimentação das ruas. Tais insuficiências teriam repercutido no trânsito da cidade, o tornando caótico devido aos grandes congestionamentos. Focava ainda no tema saúde, mais especificamente, na saúde da mulher, alegando que Serafim Corrêa:

[...] não fez, apenas concluiu uma maternidade que estava em andamento. E mais, fechou uma para abrir outra. Na maternidade que o ilustre prefeito disse que fez, o senhor apenas esqueceu de fazer o mais importante: a UTI materna.

(Amazonino Mendes PTB-AM, Debate Eleitoral da Rede Globo, Bloco 1, resposta)

[...] é ridículo imaginar que uma maternidade onde as mulheres vão ter seus filhos dispense uma UTI. Não ter UTI é risco de vida.

(idem, Bloco 1, tréplica, Debate Eleitoral da Rede Globo – 24/10/2008).

Serafim Corrêa, ao se defender, lembrava os eleitores que herdara uma dívida de cerca de 54 milhões de reais e que, mesmo governando “engessado” pelo saldo negativo das contas públicas, a situação na prefeitura estava boa, pois muito havia sido feito ao longo de apenas quatro anos. Como uma marca de sua gestão, o prefeito apresentava a construção da maternidade Moura Tapajós, tida por ele como um hospital modelo para o Norte e Nordeste do País, com cerca de 450 partos realizados por mês. Quanto às críticas recebidas sobre a falta de UTI replicava que:

[...] o Moura Tapajós é uma obra importantíssima. São as mães que vão lá todos os dias e ganham seus bebês naquela maternidade. Não há necessidade de ter uma UTI Materna lá. Isso é fato. Converse com qualquer médico, ele vai te dizer.

(Serafim Corrêa – PSB-AM, 1º bloco, réplica, Debate Eleitoral da Rede Globo – 24/10/2008)

Chamou a atenção ainda para realizações, ao longo de seu mandato, como a primeira creche municipal de Manaus, o Passa Fácil, a Integração Temporal, o complexo André Araújo para crianças especiais, o Parque dos Bilhares, o Prato Fácil, o CEO (centro odontológico gratuito), cursos profissionalizantes, Manaus Fácil, Viaduto do Recife, duplicação da Maceió, quinhentas novas salas de aulas. Com o slogan “A cidade

está assim de obra com Sarafa”, não deixava o eleitor esquecer o fato de ser o primeiro prefeito a estar por concluir onze reservatórios para resolver o problema da água para os manauaras.

Serafim Corrêa, para o futuro, assegurava que com ele os eleitores teriam uma Manaus ainda melhor, pois expandiria os projetos de sua gestão, com a construção de mais oito creches, ampliação do atendimento no Centro André Araujo e distribuição de bolsas de estudos nas universidades particulares da cidade. Já Amazonino Mendes colocava que o futuro só ficaria bom para os eleitores se ele voltasse para a Prefeitura, uma vez que apenas ele representava a “Volta da Inovação”. Para conquistar os eleitores, Amazonino priorizou em suas propostas o que teria sido negligenciado na gestão de Serafim. Para tanto, assegurava que, se eleito, tornaria real a farmácia popular nos bairros, a distribuição gratuita de medicamentos, o programa saúde da mulher e saúde do jovem, uniforme (“fardamento”) e material escolar de qualidade, a operação faxina (retirada de lixos da rua), a merenda escolar com mais vitaminas e nutrientes, a operação tapa buracos, a volta de mais segurança, a volta de formação profissional etc.

No embate que se travou em Manaus, a comparação entre as realizações dos dois políticos em seus mandatos passados teve grande importância. Amazonino, tanto nos *spots* do horário eleitoral, quanto no debate televisivo, usou a estratégia de agregar as realizações de seus quatro mandatos – entre ocupação dos governos estaduais e municipais – à lista de seus feitos para Manaus. Nos *spots* veiculados apresentava obras como: Pronto Socorro João Lucio, Pronto Socorro Infantil Joãozinho, Pronto Socorro Criança Zona Oeste, Pronto Socorro Criança Zona Sul, Centro de Atenção a Melhor Idade, construção e reformas de três hospitais, um pronto socorro e uma UTI, além de quatro maternidades, vinte e sete centros de saúde, parques, urbanização de bairros, etc. Com essa estratégia, pretendia evidenciar para o eleitor a “lerdadeza” – palavra usada por Amazonino – com que Serafim estaria administrando a cidade nos seus quatro anos de gestão.

Na tentativa de neutralizar a estratégia adotada pela campanha de Amazonino Mendes, Serafim Corrêa atacava não apenas o seu opositor, mas também o grupo político ao qual ele pertencia. Para tanto afirmava que “Amazonino Mendes e seu grupo passaram vinte anos no poder e não resolveram o problema de abastecimento de água na cidade de Manaus.” E se hoje, ele – Serafim – está por concluir onze reservatórios, foi graças a um empréstimo “concedido pelo governo Lula”, empréstimo esse que teria que ser pago pela prefeitura, uma vez que “o Governo Federal não pode financiar serviços privatizados.” O tema do abastecimento esteve presente em ambas as campanhas não

apenas nas inserções diárias da televisão, mas também no debate televisivo veiculado na TV Amazonas em 24 de outubro de 2008.

No debate, ainda no primeiro bloco, no qual as questões eram livres, o candidato a reeleição Serafim Corrêa questionou Amazonino Mendes sobre infra-estrutura e saneamento, interpelando sobre o que este teria feito para resolver a questão do abastecimento de água de Manaus:

[...] eu pergunto ao meu adversário, ele, enquanto prefeito, o que fez para resolver o problema de abastecimento de água em Manaus?

(Serafim Corrêa, 1º bloco, pergunta, Debate Eleitoral da Rede Globo – 24/10/2008).

[...] ele (Amazonino Mendes) conseguiu enquanto governador que a prefeitura autorizasse ele a vender a COSAMA. Ele vendeu a concessão e não aplicou o dinheiro onde deveria.

(Serafim Corrêa, 1º bloco, réplica, Debate Eleitoral da Rede Globo – 24/10/2008).

Amazonino Mendes, por sua vez, alegava que, na época, a COSAMA (Companhia de Saneamento do Amazonas) era da competência exclusiva do estado do Amazonas e portanto estava fora da jurisdição da prefeitura. Já sobre o seu desempenho no tema enquanto governador, afirmava não ter vendido a COSAMA e, sim, o direito de concessão e que se não fosse tal privatização, Manaus não teria no presente acesso a água abundante e limpa.

[...] Eu não vendi a COSAMA, vendi a concessão. Não seja ingrato, Serafim, você está colocando água em Manaus graças ao Amazonino, porque privatizou a concessão da água. Porque nunca iríamos ter isso. [...] Você vai ter água agora, graças aquela privatização que um homem teve a coragem de fazer [...].

(Amazonino Mendes, Bloco 4, resposta, Debate Eleitoral da Rede Globo – 24/10/2008).

A garantia dada por Serafim Corrêa de que seus projetos seriam efetivamente implementados procurava se pautar na seriedade com que ele teria administrado a cidade nos últimos quatro anos. Os seus programas sublinhavam a ética e a transparência com que administrava as contas públicas e o fato dele ter sido o primeiro prefeito de Manaus a colocar as contas da prefeitura à disposição da população na internet. Já Amazonino Mendes apresentou como garantias a imagem e a experiência de bom prefeito e governador construída ao longo de vinte anos. Votar em Amazonino era apostar na “Volta da Inovação”, de quem fez muito por Manaus e pelos mais pobres e

que, por isso, era o único capaz de aproximar a prefeitura do cidadão, viabilizando, por exemplo, a internet e saúde itinerantes nos bairros, dando assim mais oportunidade aos cidadãos.

Para compreender a eficácia das estratégias retóricas das duas campanhas é importante considerar a dinâmica da competição nos meses em que antecederam o primeiro e o segundo turno das eleições em Manaus. Serafim Corrêa começa o pleito com poucas chances de chegar ao segundo turno, com baixa avaliação positiva de sua gestão e alta taxa de rejeição de sua imagem.

Com o passar do tempo, a estratégia de Serafim Corrêa atingiu parte dos seus objetivos que era mostrar que a administração que findava naquele momento tinha realizado muito, principalmente tendo como pano de fundo o cenário herdado pelo atual prefeito.

A avaliação do governo que, em meados de julho, era de 16% positiva e 54% negativa, ao final do primeiro turno, chegou a 34% positiva e 33% negativa.

Contudo, a melhora de sua avaliação foi suficiente para fazer com que a disputa chegasse ao segundo turno, superando Osmar Aziz nos últimos dias de campanha, mas pouco interferiu na avaliação retrospectiva em relação a Amazonino Mendes, pois como vimos no início deste capítulo, seu estoque de votos variou pouco durante as eleições.

#### 4.5. A Disputa de Manaus em 2008: testando o modelo

Como já vimos ao considerar a satisfação com a administração como um forte preditor do voto, devemos esperar que a variável dependente “voto no candidato prefeito” esteja fortemente sustentado na avaliação positiva de sua gestão. No caso de Manaus, Serafim inicia a campanha eleitoral, em agosto, com a menor taxa de satisfação com a gestão municipal entres aqueles prefeitos que almejavam a reeleição em 2008, apenas 19%. Ainda que o mesmo tenha conseguido aumentar em 14 pontos a avaliação da satisfação com sua administração, ainda assim alcança apenas o patamar de 33% ao longo do período avaliado.

<b>Tabela 13 – Satisfação com a administração – Manaus</b>		
<b>satisfação com a administração Agosto</b>	<b>satisfação com a administração setembro</b>	<b>Saldo satisfação com a administração</b>
19%	33%	14%

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008. Dados trados pela autora

Ao mensurarmos se a satisfação com a administração poderia estar vinculada ao voto no prefeito, percebemos na tabela 14 que 39,2% estavam satisfeitos com a gestão municipal e pretendiam votar no prefeito em agosto. Este índice variou muito pouco (isto é, em torno de 1,5%, atingindo 40,7%) até o final do primeiro turno. Daí constata-se que o prefeito de Manaus, além de apresentar baixa taxa de avaliação positiva de sua gestão, possuía ainda a menor atração de voto entre aqueles eleitores satisfeitos. O percentual daqueles que eram satisfeitos com a administração de Serafim e não votavam no prefeito teve uma variação mínima.

**Tabela 14 – Eleitores que avaliam de maneira positiva a gestão municipal X intenção de voto no prefeito**

% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e votam no prefeito (Agosto)	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e votam no prefeito (Setembro)	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e NÃO Votam no prefeito (Agosto)	% daqueles satisfeitos com a gestão municipal e NÃO Votam no prefeito (Setembro)
39,2%	40,7%	60,8%	59,3%

FONTE: Banco de dados Ibope – 2008. Tratados pela autora.

Quando calculamos a diferença entre a rejeição ao prefeito e a rejeição ao seu principal adversário, é possível inferir que o saldo negativo pode ser um forte preditor do voto a favor do mandatário. Considerando isso, de novo os números eram muito desfavoráveis ao candidato prefeito de Manaus desde o início da campanha, visto que em agosto o percentual de rejeição era elevadíssimo (50%) e que ao final do primeiro turno Serafim conseguiu reduzir a sua rejeição em apenas 4% pontos percentuais. Ao considerarmos ainda o saldo da sua rejeição em relação a rejeição do seu principal adversário, o resultado é desolador para um candidato que almejava a reeleição (34% e 24% respectivamente nos meses de agosto e setembro – vide tabela 15).

**Tabela 15 – Rejeição ao prefeito, rejeição ao seu principal adversário - Manaus**

Rejeição Prefeito Agosto	Rejeição Adversário Agosto	Saldo Rejeição Agosto	Rejeição Prefeito Setembro	Rejeição Adversário Setembro	Saldo Rejeição Setembro
50%	16%	34%	46%	22%	24%

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora.

A tabela 16 nos indica que a campanha de Serafim Correa ao longo do primeiro turno não foi capaz de canalizar um percentual significativo de eleitores que rejeitavam seu principal adversário, Amazonino Mendes, a seu favor (0,5%).

**Tabela 16 – Rejeição ao principal adversário X variável intenção de voto no prefeito**

% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito Agosto	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam em outros Agosto	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito Setembro	% daqueles que rejeitam o principal adversário e votam no prefeito Setembro
39,8%	60,2%	41,3%	58,7%

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora.

A seguir, adotando o modelo proposto por VEIGA, AVI dos SANTOS e NEVES (2011) para a análise das disputas locais em situação de reeleição apresentaremos os teste de correlação Spearman e regressão binária.

Como pudemos ver no decorrer desta pesquisa a racionalidade do voto pode ser avaliada a partir da mensuração da avaliação positiva da administração e intenção de voto no prefeito, advinda do cálculo de correlação entre as variáveis. Neste quesito conforme podemos observar ( tabela 17) os testes de significância e de correlação Spearman nos dois momentos estudados – agosto (sig 0,000, Spearman 0,556,) e setembro (sig 0,000, Spearman 0,461,) nos indicam que a força da correlação entre avaliar bem o prefeito e votar neste foi significativa em ambos os momentos, contudo percebemos que a magnitude desta correlação reduziu de positiva substancial em agosto para moderada positiva em setembro.

**Tabela 17 – Teste de Correlação – intenção de voto no prefeito X Eleitores que avaliam positivamente a gestão municipal**

	Agosto		setembro	
	Sig.	Spearman Correlation	Sig.	Spearman Correlation
Manaus	,000	,556	,000	,461

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora.

Ao medirmos a magnitude da correlação entre aqueles que demonstravam a intenção de votar no prefeito Serafim e aqueles que rejeitavam o seu adversário Amazonino, podemos inferir (tabela 18) que esta correlação mostrou-se estatisticamente significativa em ambos os períodos e que a força desta em comparação a agosto (sig 0,000, Spearman 0,461) permaneceu moderada positiva (sig 0,000, Spearman 0,392) em relação a setembro..

**Tabela 18 – Correlação – intenção de voto no prefeito X Eleitores que rejeitam o principal adversário do prefeito**

	Agosto		setembro	
	Sig.	Spearman Correlation	Sig.	Spearman Correlation
Manaus	0,000	,451	0,000	,392

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora.

Para efeito das regressões binárias, a variável “intenção de voto no prefeito – Serafim Correa”, como dependente e as demais como independentes: “avaliação positiva com a administração” (sig. 0,000) para agosto e setembro, a “rejeição a Serafim” (sig. 0,039) para agosto e não significativo para setembro, e a “rejeição ao principal adversário” (sig. 0,039) para agosto e (sig. 0,001) para setembro. As tabelas abaixo nos informam que avaliar positivamente a administração municipal aumentava em 63 vezes as chances de se votar no candidato prefeito – Serafim – em agosto e em 10,649 vezes em setembro. Rejeitar o próprio candidato reduzia as chances de não votar no mesmo em agosto e não foi significativo em setembro. Já rejeitar o principal adversário – Amazonino – aumentava em 2,246 vezes as chances de votar no mandatário em agosto e caiu para 1,720 vezes em setembro. Desta maneira, podemos testar o peso das variáveis que compõem os mecanismos internos da decisão.

**Tabela 19– Testes de Regressão Binária**  
Variável dependente: Intenção de voto no prefeito em agosto

Avaliação positiva da administração prefeito			Rejeição do PREFEITO			Rejeição do principal adversário		
B	Sig	Exp (B)	B	Sig	Exp (B)	B	Sig	Exp (B)
4,171	0,000	64,766	-2,243	0,039	0,016	1,177	0,011	3,246

Fonte: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora.

**Tabela 20 – Variável dependente: Intenção de voto no prefeito em setembro**

Avaliação positiva da administração prefeito			Rejeição do PREFEITO			Rejeição do principal adversário		
B	Sig	Exp (B)	B	Sig	Exp (B)	B	Sig	Exp (B)
2,455	0,000	11,649	-	n.s -	-	1,001	,001	2,720

Fonte: Banco de dados Ibope - 2008

Por fim, verifica-se que a capilaridade da campanha do prefeito também foi uma das mais baixas dentre todas as campanhas de capitais mencionadas nesta dissertação. O que podemos sugerir ser outra debilidade de sua campanha, já que como mencionamos acima – no modelo nacional - agregar mais 1% o tamanho da capilaridade da coligação do prefeito em relação ao todo das coligações em disputa no município aumentava em 0,049 vezes as chances de votar no prefeito em agosto e em 0,40 vezes, em setembro. Já no que se refere ao horário eleitoral, não podemos avaliar como uma debilidade de sua candidatura, quando comparadas com as demais disputa em análise.

**Tabela 21 – Avaliação positiva com a gestão, capilaridade e tempo de televisão na campanha do prefeito candidato**

Avaliação positiva da administração	Nº de partidos coligação prefeito	Capilaridade (% do total)	Tempo de HGPE em segundos	% geral do total HGPE
19%	5	23,68%	548 s	29%

Fonte: TSE e Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratados pela autora.

\* \* \*

Ao buscarmos compreender como os mecanismos internos compreendidos pela teoria institucional da escolha política – tais como a satisfação com a gestão do prefeito, a rejeição ao prefeito e a rejeição ao seu principal adversário –, influenciaram na intenção de voto no prefeito Serafim Correa em Manaus, ao final dos resultados podemos inferir alguns elementos importantes: a) o prefeito não eleito apresentou baixas taxas de avaliação positiva da gestão (ainda que tenha a elevado de 19% em agosto para 33% em setembro); b) alcançou menos da metade das intenções de voto entre os eleitores que aprovavam sua administração (próximo de 40%) e c) contava com uma rejeição expressivamente maior do que a de seu adversário, com uma diferença de 24 pontos em sua desvantagem. A conjugação destes três fatores já o coloca em total desvantagem em relação aos seus demais candidatos prefeitos estudados no capítulo anterior.

Após o tratamento dos dados a pergunta que fica com relação a não-reeleição do prefeito de Manaus é: porque Serafim Correa chegou para a disputa com índices tão baixos de satisfação com o seu governo?

Para responder tal indagação é fundamental voltar o nosso olhar para outro mecanismo externo da teoria institucional da escolha política, isto é, para o jogo político, e neste caso não apenas para o contexto momentâneo da campanha, mas para aquilo que aconteceu ao longo dos quatro anos de mandato do prefeito do PSB.

Serafim Corrêa contou desde o início de sua administração com uma forte oposição da opinião pública, baixa capilaridade (23,68%) – uma vez que sua coligação em 2004 elegeu apenas 03 cadeiras, enquanto o grupo do seu principal adversário ficou com 24 das 37 cadeiras na Câmara dos Vereadores em 2004 –, com a força histórica contrária do grupo político hegemônico no estado e na capital.

Esta dificuldade de governabilidade já anteriormente relatada nesta dissertação terminou por repercutir negativamente nas chances de vitória de Serafim. Afinal como verificamos, a capilaridade da campanha do prefeito foi uma das mais baixas dentre todas as campanhas de capitais mencionadas.



### Parte III

---

#### Considerações finais e implicações para estudos futuros

Esta dissertação buscou analisar o voto na reeleição de prefeitos tendo como evidência oito capitais brasileiras – em que os mandatários foram reconduzidos ao cargo – na disputa municipal de 2008. Num sentido mais amplo, procuramos avançar nos estudos sobre os determinantes do voto em um cenário de reeleição no âmbito local a partir da problematização dos principais fundamentos da teoria da racionalidade, tendo em vista a percepção da complexidade da decisão do voto no mandatário, uma vez que esta decisão é condicionada também pela configuração do jogo político, pelos adversários e aliados, pela imagem e força da coligação do candidato, etc. Partimos do pressuposto definido pela teoria institucional da escolha política (SNIDERMAN e LEVENDUSCKY, 2009), de acordo com a qual os eleitores elaboram suas escolhas a partir de um cardápio de opções. Decorre daí a necessidade de se focar em dois tipos de mecanismos explicativos para a tomada de decisão: a) um interno, que se refere à escolha feita pelo eleitor entre as alternativas oferecidas; b) outro externo, voltado para entender as alternativas que são apresentadas pelos partidos.

A fim de analisarmos o efeito dos mecanismos internos utilizados pelo eleitor na decisão do voto, buscamos identificar a correlação da intenção de voto no mandatário com a avaliação da administração municipal, a taxa de rejeição ao prefeito e a taxa de rejeição ao seu principal adversário nas oito capitais estudadas.

Sobre o efeito dos mecanismos internos, verificou-se que nas capitais onde os prefeitos foram reeleitos a existência de correlação estatisticamente significativa entre a intenção de voto no prefeito e a avaliação da administração municipal em agosto (0,618) e em setembro (Spearman 0,517), a taxa de rejeição ao prefeito em agosto (Spearman - 0,429) e setembro (Spearman -0,411) e a rejeição ao seu principal adversário em agosto (Spearman 0,272) e setembro (Spearman 0,130). Destaca-se a força da correlação entre avaliação positiva da administração e intenção de voto no prefeito. A importância desta variável é reiterada mediante os resultados da regressão binária, que apontam que avaliar positivamente a administração municipal aumentava em 20,43 vezes as chances de se votar no candidato prefeito em agosto e em 11,63 vezes de se adotar tal postura para o voto em setembro. Constata-se que os candidatos que demonstraram melhor desempenho na variável avaliação da administração e menor saldo de rejeição foram aqueles eleitos no primeiro turno.

Constata-se que os prefeitos de capitais que conseguiram reunir em torno de sua candidatura coligações com mais capilaridade e mais tempo de propaganda em televisão foram aqueles que conseguiram se reeleger ainda no primeiro turno. Os prefeitos de Curitiba, Maceió, Fortaleza e Goiânia foram aqueles que reuniram ao seu redor coligações com maiores taxas de capilaridade em seus municípios: 65,79%, 61,90%, 60,98% e 42,86% respectivamente. Foram também estes que conseguiram obter – via suas coligações – as maiores porcentagens de tempo de televisão para a divulgação de suas propagandas: Goiânia (40%), Curitiba (37%), Fortaleza (34%) e Maceió (30%).

Já os reeleitos no segundo turno iniciaram a disputa com a taxa de avaliação positiva flutuando entre 20% e 38% e conseguiram aumentar a mesma para o patamar de 26% a 50% ao longo do primeiro turno. É preciso constatar, no entanto, que os 51% de avaliação positiva com a gestão foram capazes de reeleger a prefeita Luiziane em Fortaleza, ainda no primeiro turno, ao mesmo tempo em que 50% de satisfação com a gestão não foi capaz de reeleger Dário Berger ainda no primeiro turno em Florianópolis.

Quanto aos mecanismos externos no conjunto das oito capitais, foi possível perceber que os testes de correlação mostraram-se estatisticamente significantes e com média associação entre a variável dependente “intenção de voto no prefeito” e a capilaridade do prefeito em agosto (*Sperman* 0,449, *sig* 0,000) e em setembro (*Sperman* 0,343, *sig* 0,000). Isto é, quanto maior a capilaridade da candidatura do mandatário em uma determinada capital, maior a taxa de intenção de voto no próprio candidato prefeito. O mesmo ocorreu com a variável “tempo de TV”, que ao ser submetida à análise de correlação, o teste mostrou-se estatisticamente significativo em agosto (*Sperman* 0,345, *sig* 0,000) e em setembro (*Sperman* 0,269, *sig* 0,000).

Os resultados apontam para a importância da configuração do jogo político na decisão do voto no prefeito. Quanto maior o tamanho da capilaridade da coligação do prefeito e do tempo de propaganda na televisão que ele dispõe, maiores são as chances dos eleitores votarem pela sua reeleição. Verifica-se ainda que a variável “tamanho da capilaridade da coligação” do prefeito em agosto, para as oito capitais apresenta uma das mais altas taxas de correlação com a intenção de voto no mandatário dentre os aspectos analisados (*Spearman* 0,449, *sig* 0,000), sendo superada apenas pela força da correlação do voto no prefeito com a avaliação positiva da administração (*Spearman* 0,618, em agosto; e *Spearman* 0,517, em setembro).

O teste da regressão binária veio confirmar a importância da configuração do jogo político na decisão do voto no prefeito. Constatou-se que, a cada 1% de aumento do tamanho da capilaridade da coligação do mandatário em relação ao todo das coligações em disputa no município, aumentava-se em 0,049 vezes as chances de se votar no

prefeito. Neste mesmo sentido, verificou-se que a cada 1% de aumento do tempo de televisão por parte da coligação do candidato prefeito na disputa no município, aumentava-se em 0,017 vezes as chances de se votar no candidato prefeito.

Para a análise do caso específico de Manaus, capital em que o prefeito não foi reeleito em 2008, os mecanismos internos e externos da teoria institucional da escolha política foram fundamentais para explicar aquela situação. Neste sentido, a primeira constatação que fizemos neste trabalho é que apenas em comparação com as demais capitais podemos sugerir que a derrota de Serafim Corrêa foi uma quebra da regra. Da perspectiva interna, é a vitória de Serafim em 2004 que deve ser considerada uma exceção, na medida em que o governo do estado do Amazonas há quase três décadas, vem sendo ocupado por um mesmo grupo político hegemônico, constituído pelos mesmos governadores que se revezam na prefeitura de Manaus, ao longo do mesmo período, com a exceção de apenas dois mandatos municipais, assumidos por Arthur Virgílio Neto (1989-1993) e por Serafim Corrêa (2004-2008).

Ao buscarmos compreender como os mecanismos internos da teoria institucional da escolha política – tais como a satisfação com a gestão do prefeito, a rejeição ao prefeito e a rejeição ao seu principal adversário –, influenciaram na intenção de voto no prefeito Serafim Correa em Manaus, ao final dos resultados podemos inferir alguns elementos importantes: a) o prefeito não eleito apresentou baixas taxas de avaliação positiva da gestão (ainda que tenha a elevado de 19% em agosto para 33% em setembro); b) alcançou menos da metade das intenções de voto entre os eleitores que aprovavam sua administração (próximo de 40%) e; c) contava com uma rejeição expressiva em relação ao seu opositor, isto é, 24 pontos percentuais a mais. A conjugação destes três fatores já colocava Serafim Correa em desvantagem em relação aos candidatos prefeitos reeleitos estudados no capítulo anterior.

Ao mensurarmos a avaliação positiva com a administração de Serafim com a intenção de voto nos dois momentos estudados – agosto (Spearman 0,556, sig 0,000) e setembro (Spearman 0,461, sig 0,000) percebemos que a força da correlação entre avaliar bem o prefeito e votar neste foi significativa em ambos os momentos, contudo percebemos que a magnitude desta correlação reduziu de positiva substancial em agosto para moderada positiva em setembro. Ao medirmos a magnitude da correlação entre aqueles que demonstravam a intenção de votar no prefeito Serafim e aqueles que rejeitavam o seu adversário Amazonino, podemos inferir que esta correlação mostrou-se estatisticamente significativa em ambos os períodos e que a força desta em comparação a agosto (Spearman 0,461, sig 0,000) permaneceu moderada positiva (Spearman 0,392, sig 0,000) em relação a setembro.

Já no que se refere ao mecanismo externo, Serafim Corrêa contou desde o início de sua administração com uma forte oposição da opinião pública, baixa capilaridade (23,68%) – uma vez que sua coligação em 2004 elegeu apenas 03 cadeiras, enquanto o grupo do seu principal adversário ficou com 24 das 37 cadeiras na Câmara dos Vereadores em 2004 –, com a força histórica contrária do grupo político hegemônico no estado e na capital, além do peso dos determinantes sociais que apontavam para a decisão do voto a favor de Amazonino Mendes. Esta dificuldade de governabilidade já anteriormente relatada nesta dissertação terminou por repercutir negativamente nas chances de vitória de Serafim. Em suma, como verificamos, a capilaridade da campanha do prefeito de Manaus foi uma das mais baixas dentre aquelas analisadas no capítulo 3. O que podemos sugerir ser outra debilidade de sua campanha, já que como mencionamos acima – no modelo nacional – agregar mais 1% ao tamanho da capilaridade da coligação do prefeito em relação ao todo das coligações em disputa no município aumentava em 0,049 vezes as chances de votar no prefeito em agosto e em 0,40 vezes, em setembro. Já no que se refere ao horário eleitoral, não podemos avaliar como uma debilidade de sua candidatura, quando comparadas com as demais disputa em análise. Portanto, das cinco variáveis que compõem o modelo da teoria institucional da escolha política, no caso de Manaus, quatro se mostraram decisivas para explicar a derrota de Serafim Correia, o que fortalece seu poder explicativo.

Ao final deste trabalho queremos realçar que não é nossa pretensão esgotar a discussão aqui apresentada, mas sim apresentar novos elementos para que possamos melhor compreender o comportamento do voto em situação de reeleição municipal no Brasil. Almejamos ainda que estes elementos de análise aqui sugeridos ainda possam ser aprimorados em estudos futuros.

## Bibliografia

---

### Obras de referência

- BARRETO, Álvaro A. Borba. **Reeleição de prefeitos no Brasil no período 1996-2008**. Alacip, 2010.
- BORBA, Julian, et alli. "A eleição de 2008 para prefeito em Florianópolis", in: BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Dejalma (org). **Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral Brasileiro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009, pp. 83-118.
- CAMARGOS, Malcon. "Belo Horizonte: a manutenção do status quo", in: SILVEIRA, Flavio Eduardo (org). **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 200,. pp. 91-120.
- CAMARGOS, Malcon. **Do bolso as urnas - A influência da economia na escolha entre Fernando Henrique e Lula nas eleições de 1998**. Orientador: Marcus Faria Figueiredo. Dissertação (mestrado em Ciência Política), IUPERJ, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política Imperial**. Rio de Janeiro: editora Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CERVI, Emerson e FUKS, Mário, 2002."Curitiba, a disputa plebiscitária". In: SILVEIRA, Flávio Eduardo. (Org.). **Estratégia, Mídia e Voto**. . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, pp. 263-294.
- CHAIA, Vera et al. "São Paulo: embate partidário, mídia e comportamento eleitoral", in: SILVEIRA, Flavio Eduardo (org). **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, pp. 17-48.
- CHEIBUB, José A.; PRZEWORSKI, Adam. "Democracia, Eleições e responsabilidade Política", in: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 12, n. 35, out.

1997. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091997000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acessado em 24/02/2011. doi: 10.1590/S0102-69091997000300004.

CODATO, Adriano. **Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo**. Campinas: Tese (doutorado em Ciência Política), Universidade Estadual de Campinas, 2008.

DOHLNIKOFF, Míriam. **O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil de Século XIX**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999 [1957]

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: historiografia e história**. 16ª edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (pp. 7-73; 116-151).

FIGUEIREDO, M, VEIGA, L F, ALDE, A. "Rio de Janeiro: César versus Conde e a nova política Carioca", in: SILVEIRA, Flavio Eduardo (org). **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, pp. 49-90.

FIGUEIREDO, Marcus. **A Decisão do Voto democracia e racionalidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1991.

\_\_\_\_\_. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

KITSCHOLT, Herbert e WILKINSON, Steven I. "Citizen-politician linkages: na introduction". In: KITSCHOLT, Herbert e WILKINSON, Steven I. **Patrons, Clients and Policies: patterns of Democratic Accountability and Political Competition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009, pp. 1-49.

LAMOUNIER, Bolívar. "Presidente Prudente: o crescimento da oposição num reduto arenista", in: REIS, Fábio Wanderley (org.). **Os partidos e o regime**. São Paulo: Símbolo, 1978, pp. 1-86.

- MCALLISTER, Ian. "The Personalization of Politics", in: DALTON, Russell J. e KLINGEMANN, Hans-Dieter. **The Oxford Handbook of Political Behavior**. New York: Oxford University Press, 2009, pp.571-588.
- MARENCO, André. "O voto em dois tempos: Notas sobre as eleições 2008 em Porto Alegre", in: BAQUERO, Marcello e CREMONESE, Djalma (org). **Eleições municipais 2008: uma análise do comportamento eleitoral Brasileiro**. Ijuí: Editora Unijuí, 2009, pp. 67-82.
- PAIVA, Krause. "Goiânia: voto partidário ou voto pela ética na política", in: SILVEIRA, Flavio Eduardo (org). **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, pp. 227-262.
- REIS, Fábio Wanderley. "Classe Social e Opção Partidária: As eleições de 1976 em Juiz de Fora", in: REIS, Fábio Wanderley (org). **Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978, pp. 213-287.
- REIS, Fábio Wanderley (org). **Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- RUBIN, Antonio Albino. "Salvador: a permanência da hegemonia carlista", in: SILVEIRA, Flavio Eduardo (org). **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, pp. 173- 226.
- SILVEIRA, Flavio Eduardo. "Pesquisas, enquetes e estudos eleitorais", in: **Revista de Ciências Sociais – Civitas**. Porto Alegre, v.2, nº 2, dez. 2002a, pp. 351-384. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/106/102>> acessado em 28/02/2011.
- SILVEIRA, Flavio Eduardo (org), **Estratégia, Mídia e Voto**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002b.
- SIMÃO, Aziz. "O voto operário em São Paulo", in: **Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia**. São Paulo: 1955. pp. 201-214.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **A democracia interrompida**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976.

---

\_\_\_\_\_. “Em busca da racionalidade perdida”, in: **Revista Brasileira de ciências Sociais**, vol 15, nº 43, 2000.

TELLES, Helcimara de Souza; LOURENÇO, Luiz; STORNI, Tiago Prata. “Partidos, campanhas e voto: como o eleitor decide nas eleições municipais”, in: **Sociedade e Cultura**, vol. 12, pp.91-116, 2009.

TRINDADE, Hégio e CEW, Judson de. “Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul”, in: REIS, Fábio Wanderley (org.). **Os partidos e o regime**. São Paulo: Símbolo, 1978. pp. 45-211.

TROUNSTINE, Jéssica. “All Politics is Local: The Reemergence of the Study of City Politics”, in: **Perspectives on Politics**. American Political Science Association, volume 7, number 3, September, 2009.

VEIGA, Luciana. F. **Em busca de razões para o voto: o uso que o homem comum faz do horário eleitoral**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado em Ciência Política), IUPERJ, 2001.

VEIGA, Luciana F.; AVI, S.; NEVES, Daniela. “Prefeito bem avaliado, prefeito reeleito? Sobre o peso da satisfação na eleição municipal”. In: **Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política** (ABCP), 2010, Recife. Política, Desenvolvimento e Inclusão Social no Brasil, 2010.

VEIGA, Luciana F.; AVI dos SANTOS; NEVES, Daniela. “Como a avaliação positiva com o governo local influencia a eleição para prefeito: Evidências Brasil, 2008”, In: **Encontro da Associação Latino Americana de Ciência Política**, 2010, Buenos Aires. Integración, Diversidad y Democracia en tiempos del Bicentenario, 2010.

VEIGA, Luciana F.; AVI dos SANTOS; Neves, Daniela. Como a valiação do governo local, a imagem dos candidatos e a configuração da disputa influenciam na reeleição do prefeito: evidencias de oito capitais no Brasil. In. **IV Congresso Americano de Opinião Pública da WAPOR**, 2011. Belo horizonte. Opinião pública, democracia e novas tecnologias: interações e desafios. 2011



## **Sites Consultados**

### **Tribunal Superior Eleitoral**

<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>

[http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes\\_2008.htm](http://www.tse.gov.br/internet/eleicoes/eleicoes_2008.htm)

[http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes/distr\\_instr\\_blank.htm](http://www.tse.jus.br/internet/eleicoes/distr_instr_blank.htm)

### **Portal Brasil – História das Eleições**

<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/eleicoes-2010/historia>

### **Código Eleitoral de 1932 (Decreto Nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932)**

[http://tse.gov.br/internet/institucional/glossario-eleitoral/termos/anexos/textos/html/codigo\\_eleitoral.htm](http://tse.gov.br/internet/institucional/glossario-eleitoral/termos/anexos/textos/html/codigo_eleitoral.htm)

### **Código Eleitoral de 1965 (Lei Nº 4.737, de 15 de julho de 1965)**

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L4737compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4737compilado.htm)

### **Eleições 2006 – Portal UOL**

<http://eleicoes.uol.com.br/2006/raiox/>

### **Eleições 2008 – Portal UOL**

<http://eleicoes.uol.com.br/2008/raio-x-da-eleicao/>

### **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/>

### **Prefeitura de Manaus / AM**

<http://www.manaus.am.gov.br/prefeito/>

### **Portal da Amazônia**

<http://portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=341>

## Apêndice

### Apêndice Metodológico 1 Características das pesquisas IBOPE utilizadas para análise das 8 Capitais

Capital	Rodada	Data de campo	Erro (PP)	Intervalo de Confiança (%)	Amostra	Candidato Prefeito (a)	Principal Adversário (a)
Curitiba PR	Rodada 1	08 a 10/08/2008	4%	95	602	Beto Richa <b>PSDB</b>	Gleisi Hofmann <b>PT</b>
	Rodada 2	22 a 24/09/2008	4%	95	602		
Maceió AL	Rodada 1	30 a 01/08/2008	4%	95	602	Cícero Almeida <b>PP</b>	Judson Cabral <b>PT</b>
	Rodada 2	26 a 27/09/2008	4%	95	602		
Goiânia GO	Rodada 1	31 a 02/08/2008	4%	95	602	Iris Rezende PMDB	Sandes Junior PP
	Rodada 2	15 a 17/09/2008	4%	95	602		
Fortaleza CE	Rodada 1	05 a 07/08/2008	4%	95	602	Luizziane Lins <b>PT</b>	Moroni <b>DEM</b>
	Rodada 2	21 a 23/09/2008	4%	95	602		
Florianópolis SC	Rodada 1	05 a 07/08/2008	4%	95	602	Dario Berger <b>PMDB</b>	Esperidião Amin <b>PP</b>
	Rodada 2	23 a 25/09/2008	3%	95	805		
Porto Alegre RS	Rodada 1	19 a 20/08/2008	3%	95	805	José Fogaça <b>PMDB</b>	Maria do Rosário <b>PT</b>
	Rodada 2	24 a 25/09/2008	3%	95	805		
São Paulo SP	Rodada 1	12 a 14/08/2008	3%	95	805	Gilbero Kassab <b>DEM</b>	Marta Suplicy <b>PT</b>
	Rodada 2	23 a 25/08/2008	3%	95	805		
Salvador BA	Rodada 1	02 a 04/08/2008	4%	95	602	João Henrique <b>PMDB</b>	Walter Pinheiro <b>PT</b>
	Rodada 2	25 a 27/09/2008	3%	95	805		

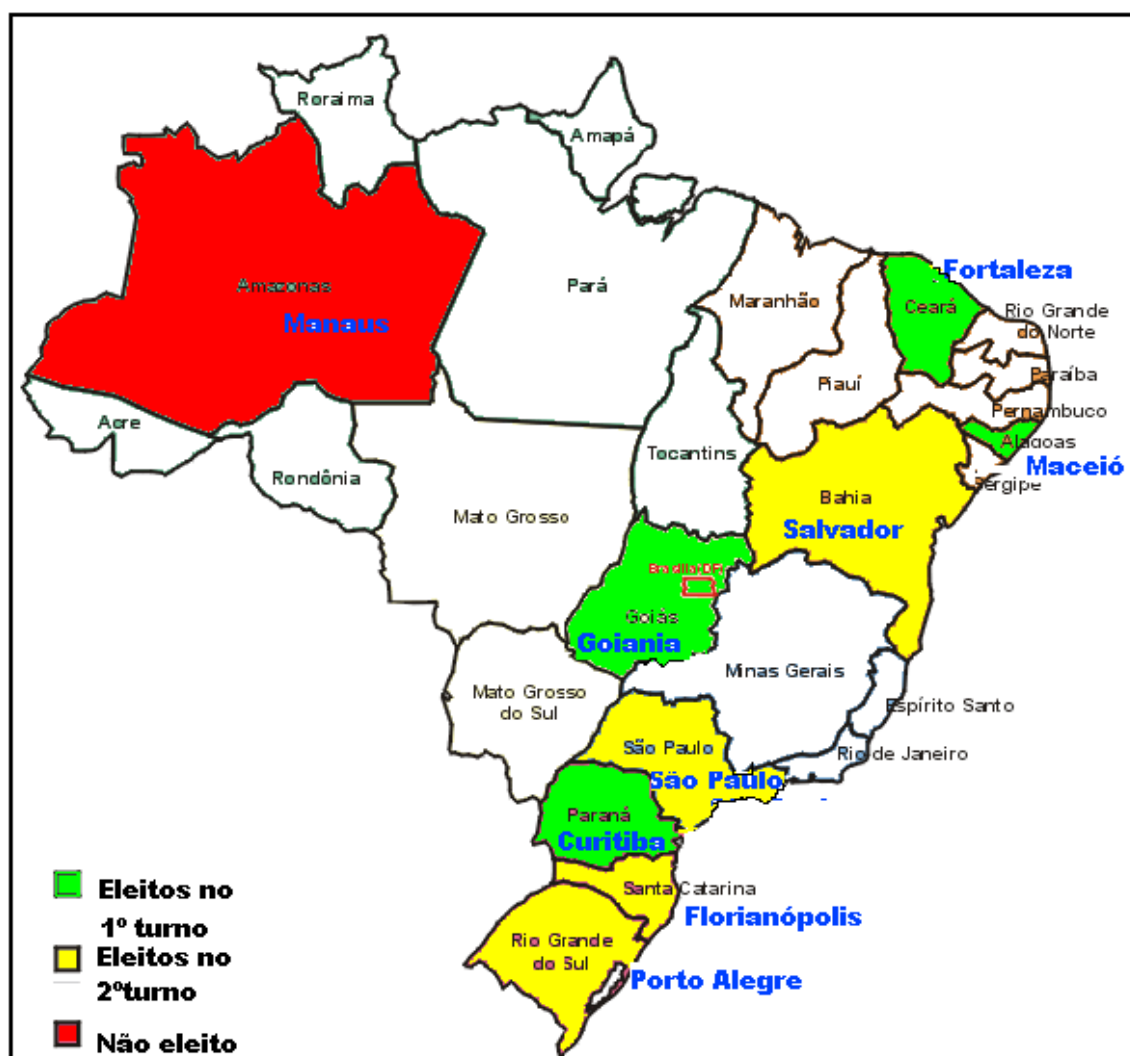
FONTE: Banco de dados Ibope – 2008. Dados tratado pela autora

### Apêndice Metodológico 2 Características das pesquisas utilizadas para análise de Manaus

Manaus AM	Rodada 1	05 a 07/08/2008	4%	95	602	Serafim Correa	Amazonino Mendes
	Rodada 2	23 e 24/10/2008	3%	95	805		

FONTE: Banco de dados Ibope – 2008. Tabela elaborada pela autora

Figura 1 – Eleições 2008: Capitais estudadas



Fonte IBGE. Distribuição dos eleitos e não eleito elaborado pela autora.